



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 27ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 12 DE DEZEMBRO DE 2023

ATA Nº. 31 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E OITO, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E NOVE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.5. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
 - 3.6. SR.ª DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 3.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.8. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
 - 3.9. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
 - 3.10. SR. DEPUTADO ROMEU MONTEIRO (IL)
 - 3.11. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.

- 3.12. SR.ª DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.13. SR. DEPUTADO ROMEU MONTEIRO (IL)
- 3.14. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.15. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 3.16. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.17. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.18. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.19. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1014/2023 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024, ORÇAMENTO MUNICIPAL, MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2024
 - 4.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 971/2023 – GMA - RELATIVA AO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, RELATIVO A 2022 - APRECIADA
 - 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 982/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES/JUNTAS DE FREGUESIA PARA APOIO ÀS RESPOSTAS ALIMENTARES
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 985/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 3.º TRIMESTRE DE 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. Apreciação e votação da proposta CMO N.º 988/2023 – DMEDSC/DDS/DCS
- RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA ÀS UNIÕES E À JUNTA DE FREGUESIA PARA FUNCIONAMENTO
DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – ANO DE 2022
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>funcionária</u>			
<u>09-03-2024</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	2		
PSD	1		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS			
INOVAR BARCARENA			
INOVAR CARNAXIDE OEIRAS	1		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS	1		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 27ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 12 DE DEZEMBRO DE

-----ATA Nº. 31 / 2023-----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Romeu Rabaça Monteiro, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. ---

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apresentação da Proposta CMO N.º 1014/2023 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de 2024, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2024; -----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 971/2023 – GMA - relativa ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Município de Oeiras, relativo a 2022;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 982/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa à Atribuição de Comparticipação Financeira às Uniões/Juntas de Freguesia para apoio às respostas alimentares; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 985/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 3.º Trimestre de 2023; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 988/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões e à Junta de Freguesia para funcionamento dos estabelecimentos de infância – Ano de 2022. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Meus senhores, muito boa tarde. Vamos iniciar os nossos trabalhos. Peço que realmente tomem os vossos lugares e vou pedir que seja feita a chamada.-----

----- Feita a chamada, vamos dar início à nossa reunião. -----

----- Queria dar-vos uma informação. Estive hoje de manhã presente numa homenagem ao Professor Jorge Miranda na Assembleia Municipal de Lisboa e organizada pela Assembleia Municipal de Lisboa e pela ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais).-----

----- Temos duas atas para aprovação.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a catorze de novembro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e oito, de dois mil e vinte e três-----

3.2.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e seis votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados António Rita Martins Caro, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

3.2.2. Ata da Vigésima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e nove, de dois mil e vinte e três-----

3.2.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e seis votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela

Antunes). -- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Não tenho nenhum documento que tivesse dado entrada na Mesa.-----

-----Resulta que iria proceder à inscrição dos senhores deputados que queiram usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----Portanto, tenho inscritos os Senhores Deputados António Balcão Vicente (IN-OV), David Ferreira (EO), Sónia Gonçalves (PSD) e Francisco O'Neill Marques (CH).-----

-----Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

3.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Permita-me, Senhora Presidente, iniciar a minha intervenção por referir que o acaso do calendário fez coincidir a data desta sessão da Assembleia Municipal com a da primeira eleição democrática para as autarquias locais em Portugal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Comemoramos, precisamente hoje, o quadragésimo sétimo aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas na vigência da Segunda República que, em Oeiras se traduziram pela eleição do Senhor Carlos Andrade Neves, da lista do Partido Socialista.-----

----- Evocando a sua memória, saúdo o poder autárquico democrático, cuja existência apenas foi possível em resultado do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta quatro e todos os autarcas que, ao longo destes anos, deram o seu melhor para transformar o concelho de Oeiras no espaço harmonioso e inovador de que todos nos orgulhamos.-----

----- Mudando de tema, mas mantendo-me fiel à comemoração de efemérides, permitam-me citar: -- -----

----- Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,-----

----- Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração de todo o ser humano,-----

----- (...)-----

----- Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,-----

----- (...) a Assembleia Geral (Das Nações Unidas) proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações... -- -----

----- E no seu primeiro Artigo afirma: -----

----- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados

de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.-----

-----Artigo segundo:-----

-----Um. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.-----

-----Dois. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. - -----

-----Artigo terceiro:-----

-----Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.-----

-----(...)-----

-----Artigo trigésimo:-----

-----Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.-----

-----Senhoras e Senhores deputados, setenta e cinco anos após ter sido adotada pela Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo aniversário celebrámos há apenas dois dias, é com profunda mágoa e dor que a recordamos. Mágoa e dor por todos aqueles a quem, neste momento, não são reconhecidos os mais elementares direitos consagrados nesta Declaração.-----

-----Por todos os que, em resultado de conflitos de guerra - e todas as guerras representam a mais clara anulação da nossa condição humana - neste preciso momento, sofrem os efeitos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bombardamentos, da destruição dos seus lares ou de simples conflitos ativos, afinal fórmula dissimulada para definir o indefensável, e se veem coagidos a deambular, sem destino certo, em busca de alguma segurança, como o casal que há dois mil anos teve necessidade de se refugiar no Egipto para escapar à fúria de um rei insano e inimigo de crianças. -----

----- Estão nesta situação as vítimas de todas as guerras de todos os conflitos, dos Camarões à República Democrática do Congo, das Filipinas ao Sudão do Sul, da Índia à Colômbia, do Paquistão à Nigéria, do Mali à Etiópia, do Burkina Faso ao Iraque, do Afeganistão ao Iémen, de Mianmar à Síria e à Somália, da Ucrânia à Palestina. -----

----- Todas elas, independentemente da sua cobertura mediática, são um insulto à dignidade humana, representam a total negação dos mais básicos direitos humanos consagrados na sua Declaração Universal. Todas elas são geradoras de um longo cortejo de vítimas, cujas imagens nos entram pela casa à hora de jantar na tranquilidade da família. Imagens que, de tão repetidas, ameaçam tornar-nos indiferentes a tamanha dor e a tão horrível destruição. -----

----- É nessa indiferença e no cansaço que ela provoca que os senhores da guerra apostam para prosseguir a sua atividade criminosa. -----

----- Quantos de nós olhamos para as agora escassas imagens da guerra da Ucrânia com a mesma indignação com que o fazíamos quando os tanques russos invadiram o seu território e nos levaram, no passado dia vinte e oito de fevereiro, a aprovar uma moção de apelo à Paz e exigindo a retirada às tropas russas?-----

----- Quantos de nós nos lembramos da guerra quase secreta do Iémen? -----

----- É, no entanto, aquela onde a metódica destruição de vidas e de bens de cidadãos inocentes, de idosos, mulheres e crianças, trazendo-nos à lembrança imagens que julgávamos embalsamadas nos momentos mais negros do século passado, que hoje mais nos preocupa. -----

----- Classifiquei essas vítimas como cidadãos, pretendendo dar a dignidade de cidadania a quantos mesmo esse direito básico é recusado.-----

-----Cidadãos que são duplamente vítimas. Vítimas dos terroristas que, em seu nome, desencadearam um dos atos mais hediondos das últimas décadas, ao atacar populações indefesas, numa manifestação de ódio totalmente irracional.-----

-----Também nesta Assembleia tivemos oportunidade de veementemente condenar a brutalidade então manifestada pelos terroristas do Hamas.-----

-----Vítimas, também, agora, de uma vingança que, a pretexto do direito legítimo de defesa por todos reconhecido, os transforma nos cordeiros do sacrifício de uma antiga religião. Apesar de todos os protestos da comunidade internacional e da indignação mais ou menos manifesta de todas as instituições com atividade humanitária no terreno.-----

-----Por isso, daqui faço um novo e repetido apelo à Paz, mais uma vez repetindo o brado de Mahatma Gandhi: Não há caminho para a Paz. A Paz é o caminho.-----

-----Foi essa paz, num ambiente de total tranquilidade que nos garantiu o deleite do sorriso contagiante de crianças que, durante os três dias do último fim de semana, animaram e deram vida ao Palácio do Marquês de Pombal e aos seus jardins.-----

-----Sorriso que se repercutia contagiando-nos com a magia de um Natal que todos os anos, imaginamos alargada de janeiro a dezembro.-----

-----Andou bem o Executivo com esta iniciativa e, por isso, daqui o saudamos na pessoa do seu Presidente, saudação extensiva a todos os que contribuíram para a sua concretização, desde os vereadores envolvidos, aos dirigentes e colaboradores do município sem os quais a atual iniciativa não seria o êxito que a todos encantou.-----

-----Êxito que, tendo ainda possibilidades de melhoria, merece uma especial atenção para que, no próximo ano, eventuais falhas possam ser corrigidas e o Palácio fique ainda mais encantado.------

-----Mudando de tema. Por diversas vezes, tenho, nesta Assembleia, denunciado a demagogia e a insistência em tentar fazer passar falsidades pela mais transparente verdade com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que os Senhores deputados do Evoluir nos têm brindado sobre os mais diversos temas, entre os quais a habitação merece um destaque especial. -----

----- É por todos reconhecida a sua insistente falácia ao pretender defender o direito à habitação, ao mesmo tempo que, por todos os meios, tentam impedir a sua materialização.-----

----- Para tal não se coíbem nunca de propalar as mais diversas falsidades, as maiores falsidades e de recorrer, diretamente ou por interposta pessoa, a todos os meios, incluindo os judiciais, que a Lei lhes faculta.-----

----- Vem esta introdução a propósito do «naufrágio de todas as alegações» apresentadas na ação judicial contra o Empreendimento de Habitação Municipal Parque da Junça em Algés. Note-se que a expressão «naufrágio de todas as alegações» é retirada (não é minha) da decisão judicial que arrasa totalmente todos os argumentos levantados contra este empreendimento. As alegadas violações à Lei foram classificadas pelo Tribunal como, e cito, “suposições” e “afirmações sem qualquer prova ou referência a norma técnica que as sustente”. Fim de citação.-----

----- Mas não se pense que o Tribunal foi cáustico apenas em relação às alegações do queixoso. Também as testemunhas apresentadas mereceram a atenção do tribunal, tendo sido consideradas como alguém e cito “envolvido em vários litígios contra o Município”, com um discurso contraditório e infundado, assente na suposição e não oferecendo qualquer prova ou norma técnica que sustente as suas afirmações. -----

----- Pelo contrário, as várias explicações dadas pelos técnicos do Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras foram devidamente acolhidas pelo Tribunal, numa clara manifestação da sua competência técnica tantas vezes posta em causa quer pelos deputados do Evoluir quer pela sua vereadora nas sessões de Câmara. -----

----- De facto, o Evoluir nunca deixou de manifestar dúvidas sobre o projeto; preferindo acompanhar a tese do queixoso (que sobre o tema não tem qualquer conhecimento técnico), preferindo-a à tese dos Técnicos Municipais, esses sim detentores de vasto conhecimento

académico e conhecimento prático. -----

-----Exemplo desta atitude é a tese defendida pelo Autor da Queixa, de que a linha de quarenta e cinco graus devia ser traçada do topo dos edifícios pré-existentes, e não a partir do edifício a construir, tese mais uma vez, também defendida pelo Evoluir, e que foi qualificada pelo Tribunal como, e passo a citar: uma impossibilidade lógica e fáctica... Uma impossibilidade lógica e fáctica. Volto a repetir, porque os Senhores Deputados do Evoluir Oeiras não estão a ouvir: uma impossibilidade lógica e fáctica, Senhores Deputados. Podem continuar a conversar, mas é a afirmação do tribunal. Uma impossibilidade lógica e fáctica que existindo tal regra de edificação, tornaria impossível qualquer urbanização sustentável, Senhores Deputados do Evoluir. Pense-se num edifício pré-existente com dez andares: se fosse traçada uma linha de quarenta e cinco graus a partir do topo desse edifício, seria impossível construir qualquer edifício na sua vizinhança.... A aplicação de tal regra tornaria inabitáveis enormes áreas da cidade – fim de citação. Citação extraída da decisão do tribunal.-----

-----A insistência da divulgação de falsidades não colhe e a persistência no erro conduzirá, Senhores Deputados do Evoluir a novos naufrágios. Pena é que os naufragos não queiram ser socorridos, correndo sério risco de acabarem por vir a morrer afogados. -----

-----Entretanto, serenamente, prosseguiremos a cumprir o programa com que nos apresentámos aos oeirenses, no qual a habitação digna para todos mereceu uma honra e um destaque especial.-----

-----Justificando a renovada confiança depositada no Grupo Evoluir Oeiras (lapsus linguae, pois deverá querer dizer Inovar Oeiras), presidido pelo Presidente Isaltino Morais.”-----

3.5. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Ora, não estava à espera desta intervenção do Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV). Gostava de saber quem é que é o queixoso aqui nesta história. Falamos de uma ação colocada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em tribunal por um cidadão, que o Senhor Deputado definiu por “queixoso”, quando, na verdade, as únicas queixas a que assistimos foram a do Senhor Deputado aqui nesta Assembleia. Portanto, não se percebe. Podemos recordar outros processos em tribunal, esses sim, colocados por este Grupo Político. Recordemos as eleições de dois mil e vinte e um, uma questão acerca de cartazes colocados em altura de campanha, podemos ir visitar isso noutra dia, hoje aqui cabe-me falar sobre situações que são vividas no Concelho de Oeiras, situações que ligam à comunidade e, portanto, trago assuntos que acho que devem ser discutidos neste momento. -----

----- Senhora Presidente, urge saber qual é o ponto de situação do abatimento do piso resultante do colapso de parte do caneiro em Algés. Como é que vai a condução dos trabalhos e qual é o prazo para a reposição da normalidade. Isto é um assunto de preocupação generalizada. A população teme que não haja emenda ou que “a emenda saia pior que o soneto” e, portanto, neste caso, exigem-se remendos necessários e, acima de tudo, um plano de futuro que devolva o sentimento de segurança à população de Algés. -----

----- Têm-nos chegado também reclamações de falhas de iluminação, em especial no Bairro Francisco Sá Carneiro e no Parque Urbano do Jamor. Gostaríamos também de saber o que se passa relativamente a isso. -----

----- Aproveitamos também este PAOD para saber se já há previsões de quando teremos acesso aos resultados da auditoria da Municíпия, sabendo que a mesma acaba neste mês e, portanto, quando é que é previsto termos acesso ao relatório final. -----

----- Já que falamos de auditorias, sabemos que foi divulgada a auditoria realizada às cooperações de bombeiros aqui do Concelho, relativa à década passada. Relatório esse que é bastante geral e abrange todas as corporações e, nesse âmbito, queríamos questionar o seguinte: que medidas toma a Câmara Municipal para garantir o bom uso dos dinheiros públicos transferidos para estas corporações? Queríamos também saber se mudou algum tipo de processo ou algum aspeto, a sua forma de atuar perante a sequência dos resultados desta auditoria. -----

-----Pronto. Posto isto, disse.” -----

3.6. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----No passado dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três surgiu uma cratera de grandes dimensões na via pública (no Largo Comandante Augusto Madureira, em Algés). Posteriormente, constataram-se abatimentos do solo na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, factos estes que evidenciam os problemas relacionados com o encanamento da ribeira. Assistimos, preocupados para a inércia relativa às intervenções nesta mesma Ribeira. As entidades oficiais aguardam a iniciativa umas das outras e o certo é que nada acontece!-----

-----Vários moradores da zona têm alertado para o facto dos seus edifícios começarem a apresentar problemas estruturais, nomeadamente fissuras nas paredes, água em demasia nas caves, humidade que nunca antes existiu, entre outros problemas. Estas infiltrações de água estão a criar um desgaste acelerado dos materiais de construção destes edifícios, podendo implicar eventualmente um risco sério para as estruturas e fundações dos mesmos. -----

-----Geólogos especialistas em hidrogeologia, ouvidos pelo PSD, dizem que os sedimentos finos, as camadas finas, estão a ser arrastadas pela água e, com o tempo, assistimos à degradação mais profunda do solo e conseqüentemente das estruturas. -----

-----Sabemos que o problema do escoamento das águas pluviais para a bacia da Ribeira de Algés abrange os municípios de Lisboa, Amadora e Oeiras. Será uma competência eventualmente de intervenção da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). No entanto, não podemos aceitar que tendo sido prevista a duplicação da ribeira há quase vinte anos, as obras nunca tenham sido, até hoje, realizadas. -----

-----Com a abertura desta grande cratera e de outros abatimentos que se estão a verificar na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés é necessário avaliar os danos nas infraestruturas dos edifícios da zona - concretamente na zona do Vale de Algés - sob pena de algum dia podermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assistir a uma tragédia maior do que apenas a abertura de um buraco em via pública. -----

----- A toda esta circunstância acresce o facto de assistirmos ao licenciamento em catadupa pelo Município de Oeiras de novos edificios em zona de cheias (isto num Espaço temporal obviamente de cem anos - atentando-se ao PDM de Oeiras), agravando ainda mais o perigo a jusante destas construções, nomeadamente na Baixa de Algés, alvo de sucessivas cheias, tendo já resultado em perdas humanas e avultados prejuízos económicos e financeiros dos quais ainda não se recuperou totalmente. O inverno está à porta e corremos o risco de assistir aos mesmos episódios (trágicos) que assistimos no ano passado por esta altura. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras veio reconhecer que o problema da Ribeira de Algés é grave e que coloca em risco pessoas e bens, e por isso mesmo - como é publicamente conhecido - tem vindo a adquirir e compartilhar a aquisição de equipamentos paliativos, tais como as barreiras amovíveis para redirecionar as águas, sacos de areia e comportas para os edificios mais afetados. O que em nada resolve o problema de fundo! -----

----- É urgente avançar com obras de intervenção profundas na Ribeira de Algés. É urgente elaborar um projeto que seja o início de um processo que os Oeirenses e, os Algesinos em particular, aguardam já há muito. -----

----- Urge encontrar uma solução para a Ribeira de Algés; -----

----- Urge analisar a capacidade estrutural dos edificios contíguos ao caneiro e à Ribeira de Algés (no Vale de Algés) para que se acautelem pessoas e bens trazendo algum apaziguamento aos moradores, trabalhadores e utentes das zonas afetadas por este problema. -----

----- Temos que, de uma vez por todas, mostrar que estamos a agir e não apenas a remediar. Temos de prevenir para acautelar situações mais gravosas no futuro. -----

----- Agora, Senhora Presidente, um outro tema que gostaria de colocar ao Executivo. Desde as cheias, desde que começou este outono, tem-se vindo a verificar várias cheias que têm danificado em muito a Estrada do Estádio Nacional, que passa em frente ao Estádio (que vem da

autoestrada) e vem ter cá baixo à rotunda que passa pelas piscinas do Jamor. Perguntar se este troço é da responsabilidade da Câmara Municipal ou se é da responsabilidade do Instituto do Desporto, como alguma daquela zona do Estádio Nacional. Houve já dois ou três munícipes que rebentaram pneus nos buracos desta estrada, e saber se isto é uma competência da Câmara, ou como tratando-se do estádio nacional, se é competência realmente de outra entidade. -----

-----Muito obrigada!” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH), faça favor.” -----

3.7. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Na atualidade, o povo finalmente desperta do longo pesadelo da corrupção na vigência de décadas, dos tachos para alguns reinantes, e das cunhas políticas que corroem os alicerces da Nação. O Partido CHEGA surge como um antídoto para o cancro social dos pseudovalores, que bem tenta formatar o socialismo, esse sem rumo e sem futuro.-----

-----A prova viva do despertar para um novo ciclo, é também a juventude, o crescer da juventude no CHEGA, visível nas iniciativas do Dia da Democracia nas escolas em Oeiras, onde fomos muito acarinhados e elogiados também pelos Professores, mesmo com todas as ameaças telefónicas dos covardes sem rosto, e da tentativa da Juventude Socialista em banir o Partido CHEGA dessa iniciativa, como foi aqui na Comissão da Juventude. Ganhamos e crescemos, ao contrário de tantos outros que só criticam, mesmo com a morte política anunciada para breve. ---

-----Contudo, essa busca pela mudança, pela justiça social por parte do Partido CHEGA, não deve ignorar os desafios urgentes que assolam em diversas áreas do panorama nacional, como por exemplo:-----

-----Primeiro. A vergonha do Direito em Portugal manipular a justiça, morosa e muitas vezes ineficaz, reflete-se no fardo financeiro imposto ao cidadão quando a requer. Pagar de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

imediatos serviços jurídicos que frequentemente resultam em arquivamento ou prescrições, sem qualquer restituição das verbas por parte do Estado, é um exemplo flagrante, de como o sistema falha em proporcionar justiça eficaz.-----

----- Segundo. Na área da saúde pública, a vergonha persiste com a prevalência do compadrio, em detrimento da qualidade do serviço, mal pago aos profissionais de saúde. As cunhas políticas continuam a influenciar decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Até a Presidência à data, mina a confiança na integridade no sistema de saúde. -----

----- Terceiro. A economia pública também é vítima do esbanjamento irresponsável, socialista, gerigonças e outros, exemplificado por alguns municípios, como também é o caso de Oeiras, que é esbanjador, onde os recursos destinados à comunidade são utilizados muitas vezes sem um estudo prévio. Em vez de investir-se em serviços essenciais em Oeiras, como um hospital de urgência ou nos Julgados de Paz, acessíveis a todos, prefere este executivo um Fórum Oeiras para o “fogo de vista” onde milhões são gastos sem benefícios reais para a população do município. -----

----- É hora de desafiar os vícios enraizados que minam o mérito e corroem a confiança pública. Os favorecimentos indevidos e nomeações baseadas em afinidades políticas, tornam o serviço público um terreno fértil para a corrupção. -----

----- Enquanto se riem, cheios do dinheiro público, do esbanjamento a bel-prazer, o CHEGA cresce, tendo presente defender o povo sacrificado pelos erros políticos do compadrio de décadas, das injustiças e das indiferenças. Como diz o povo “quem ri por último ri melhor.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, queira terminar a sua intervenção. Já terminou o seu tempo, queira terminar.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Vou terminar. Com certeza.-----

-----Termino dizendo... Com certeza, vou terminar. Uma frase...-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Já devia ter terminado há muito tempo...”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** terminou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

-----“CHEGA de imunidades políticas, CHEGA de corrupção e CHEGA de esbanjamento.”-----

3.8. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:-----

-----“Boa tarde. Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Só fazer uma pequena recomendação e um pedido de esclarecimento. -----

-----A recomendação vai no sentido de estender o apoio do custo dos taipais de proteção dos pequenos comerciantes em Algés a outras zonas, que também são afetadas, particularmente ali a zona do mercado. Esses taipais têm sido custeados pelos próprios comerciantes. -----

-----A outra questão tem a ver também com tudo aquilo que já foi aqui dito. É um pedido de esclarecimento. Se as bacias de retenção que estão previstas e que já estão faladas, se vão ter coletores independentes de drenagem e que são esgotados diretamente para o rio Tejo, em vez de carregar na bacia da ribeira. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.9. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Palmeiras em Linda-a-Velha, e não estou a falar da churrasqueira, estou a falar das árvores mesmo. Nós reparámos que andam a ser plantadas palmeiras em Linda-a-Velha e queríamos perceber se isso é só mais um passo na tentativa de transformar Oeiras em Palm Beach, na Flórida (dantes era Saint-Tropez, agora parece que é Palm Beach a inspiração), ou se há algum critério técnico que nós desconhecemos, acerca de as palmeiras serem uma árvore que faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efetivamente sentido plantar em Honolulu (perdão, em Linda-a-Velha). Reparámos que andam a pôr palmeiras em várias ocasiões, quando veio cá o papa, no parque de estacionamento do lado de lá, ali ao pé da estação de Algés. Não sei se estão a pensar também pôr palmeiras em cima da cratera que se abriu na Avenida dos Bombeiros Voluntários, gostávamos de saber. -----

----- Por outro lado, Senhora Presidente, eu queria também reforçar a posição do Grupo Político Evoluir Oeiras, já no ano passado tínhamos manifestado essa disponibilidade e essa vontade de integrar uma eventual missão de busca e salvamento às Grandes Opções do Plano do SIMAS para dois mil vinte e quatro, que a Senhora Presidente queira montar, porque mais uma vez estamos a reparar que elas estão desaparecidas, já fora de tempo e não sei, talvez montando essa “brigada de missão e salvamento” pelo caminho encontremos também a auditoria à Municíпия e outras coisas que estão escondidas ou perdidas algures em parte incerta. Portanto, reforçamos a nossa disponibilidade para isso, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado.”-----

3.10. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Iniciativa Liberal tem uma questão para o Executivo em relação ao colapso e à cratera que surgiu em Algés. -----

----- Nesta secção, onde a ribeira segue encanada, esta estrutura deve ser ou deveria ser sujeita a inspeções regulares (como outras infraestruturas de grande porte, como pontes, etc.) tipicamente anualmente. É essa a informação que temos. A Iniciativa Liberal esteve a tentar averiguar se foram feitas inspeções na zona onde ocorreu o colapso. Temos informação dos bombeiros de que houve, de facto, inspeções este ano, creio que no verão, depois das cheias do ano passado, mas não nos conseguiram confirmar que tenha sido feita em toda a extensão do túnel que encana a ribeira. Não conseguiram confirmar na zona em que houve o colapso. Portanto, a nossa questão é se foi feita a inspeção da estrutura que encana a Ribeira de Algés depois das cheias

do ano passado, na zona onde houve o colapso e, nos anos anteriores, antes das cheias do ano passado, com que frequência é que tem sido feita inspeção ao túnel em toda a sua extensão. -----

-----“É isto. Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não há mais inscrições? Portanto, vou pedir ao Senhor Presidente da Câmara se quer comentar as questões que aqui foram colocadas. Senhor Presidente, faça favor.”-----

3.11. O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Com muito gosto. Senhoras e senhores deputados.- -----

-----Ora bem. Começaria pela referência à questão da junça, do prédio da junça, que dizem uns, houve um queixoso, houve um queixoso e que os partidos que constituem a Coligação Evoluir, o Bloco de Esquerda, o Volt e o Livre não tiveram nada a ver com o assunto. Na realidade, as atas desta Assembleia são públicas, as atas da Câmara Municipal também, e lá está bem expresso que a Senhora Vereadora indicada pelo Bloco de Esquerda, eleita pela Coligação Evoluir Oeiras, se expressou, várias vezes, contra esse projeto, particularmente a partir do momento em que começou a ser contestado. Por outro lado, todos conhecemos a autoria dos folhetos que foram distribuídos nos prédios, naquela zona da junça e, naturalmente, conhecemos as posições dos três deputados que estão escritas, estão nas atas da Assembleia relativamente a este propósito, referindo-se à incompetência da Câmara Municipal. É claro que, dirão agora, estavam a atacar o Presidente da Câmara, eu com frequência chamo aqui a atenção que o Presidente da Câmara não é nem arquiteto, nem engenheiro, nem tem que ser, nem tem que se meter na avaliação dos projetos. Os projetos são apreciados de acordo com as normas técnicas nos termos legais e, portanto, obviamente que a questão do artigo cinquenta e nove ser respeitado ou não ser respeitado, quem tem que dizer isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são os técnicos. Realmente foi esclarecido à sociedade que, efetivamente, não havia qualquer ilegalidade naquele processo da Junça. No entanto, sabemos as posições que a Coligação Evoluir Oeiras, Bloco de Esquerda, Volt e Livre aqui tomaram nesta Assembleia Municipal. Realmente eu diria que têm mesmo pouca vergonha, porque nem sequer deviam “abrir o bico” nesta matéria, não é? Mas a desfaçatez leva-os a fazer a intervenção que acabaram de fazer. É por pura desfaçatez que, realmente, se faz uma intervenção desta natureza. Na realidade, o tribunal deu uma resposta que esclareceu devidamente o assunto e, naturalmente, que se há outros processos em tribunal, eu quero dizer que ultimamente, por acaso, tenho conhecimento que a Câmara tem ganho os processos todos. O problema da Câmara Municipal com os tribunais não é a decisão final do tribunal, é o tempo que os tribunais demoram. Curiosamente, de uma forma geral, a Câmara Municipal tem ganho todos os processos. Agora, o problema é que alguns processos demoram tempo demais, pronto. Quer dizer, o que é que a gente há de fazer? Agora estamos neste caso concreto da Junça. A Junça é paradigmática da hipocrisia do Bloco de Esquerda, do Evoluir e do Volt, e é paradigmática porquê? Porque é vulgar fazerem um alarde extraordinário sobre habitação pública. De repente, dá impressão que ninguém neste país defende mais a habitação pública que o Bloco de Esquerda, mas, ao mesmo tempo, defende que ela deve ser construída aqui nas minhas orelhas, porque na realidade, dizem: “bom, nós queremos habitação pública, mas ela tem que ser construída em terrenos urbanos onde custa mil euros o metro quadrado, vamos fazer aí habitação pública. Em terrenos rústicos, nem pensar...”. Vamos lá ver, onde efetivamente.... Aliás, de acordo com eles, se não é reserva ecológica, é porque já foi reserva ecológica, portanto, também não pode ser. Se não é terreno rústico, é porque já foi. Claro que os terrenos, à partida, são todos agrícolas e todos rústicos até que sejam, naturalmente, transformados em terrenos urbanos. O solo é transformado, mediante os instrumentos de gestão urbanística à nossa disposição. Mas isto é bem emblemático das intervenções que foram aqui feitas, em que se chamaram todos os nomes aos técnicos da Câmara Municipal e, portanto, não vale a pena agora descarregar culpas... Aliás, eu devo dizer o

seguinte, há uma coisa que eu admito muito nas pessoas: é a coragem, a sinceridade e a verdade, de maneira que o que os Senhores Deputados do Bloco de Esquerda, do Evoluir e do Volt aqui demonstraram é que são cobardes, porque se realmente fossem minimamente corajosos, assumiam aquilo que sempre disseram. Mas vêm agora chutar as responsabilidades para um queixoso? Tenham paciência, quer dizer, o queixoso coitado não apresentava queixa nenhuma, se não fosse o Evoluir a pressioná-lo para apresentar a queixa, não havia queixa nenhuma. Riam-se, riam-se... Aliás, riam-se, riam-se, a mim não me dá vontade nenhuma de rir, embora neste caso riu-me com fartura, quero dizer-vos que senti-me satisfeítíssimo quando vi, porque nunca duvidei, porque a diretora do Departamento de Habitação foi a uma Reunião de Câmara e explicou devidamente o que é que se passava. E, portanto, é lamentável que os senhores deputados nem agora assumam, de facto, que estiveram contra todo esse processo. Está nas atas da Câmara. Agora é que era bonito vocês porem nas redes sociais a posição que tomaram aqui acerca da Junça. -----
-----Bom, relativamente ao colapso da Ribeira de Algés. O problema da Ribeira de Algés, como sabem, é uma ribeira intermunicipal da responsabilidade de Oeiras, Amadora e Lisboa. Dois terços da bacia hidrográfica situam-se em Lisboa e Amadora, um terço situa-se em Oeiras, portanto, é uma ribeira da responsabilidade do Estado, mesmo que relativamente a determinadas áreas encanadas, se possa considerar que a área urbana é que é responsável por essa resolução. Acontece que sendo uma ribeira intermunicipal, obviamente que a responsabilidade é do Estado. O que não significa que os municípios não possam participar e a Câmara de Oeiras, já em dois mil e onze ou dois mil e doze, se propôs participar na reparação, ou na construção de uma nova secção da ribeira e, portanto, estava eu à espera que os senhores deputados viessem aqui salientar a rapidez, a eficácia com que a Câmara Municipal de Oeiras, uma vez verificado o colapso, está a resolver o problema. E, portanto, a obra no dia seguinte, ou praticamente..., no mesmo dia, começaram as obras de limpeza, de reparação etc. e, naturalmente, que é lamentável que sejam os senhores deputados a vir para esta Assembleia Municipal (alguns deputados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

naturalmente) com alarmismos, a chamar a atenção para a possibilidade de haver qualquer risco para os edifícios. Ora bem, já foi dito pela Câmara, de acordo com os nossos especialistas, porque a Câmara também tem especialistas. Quem tenha geólogos especialistas pode indicá-los à Câmara Municipal, que eu gostava de os consultar, se porventura, têm uma posição diferente dos especialistas da Câmara Municipal. Agora, o que acontece é que, de acordo com a informação que nos chega, não há qualquer problema, qualquer perigo para os edifícios, até porque foram consolidados na altura da respetiva construção e quanto ao colapso da ribeira, é natural, é uma ribeira que está coberta possivelmente há para aí uns oitenta ou cem anos, naturalmente, com toda a erosão, com toda a sua carga de utilização cada vez maior, vai sofrendo uma certa erosão e, portanto, apresenta, digamos, situações de necessidade de reparação. A verdade é que já em dois mil e oito ou dois mil e dez se sentiu essa necessidade e, portanto, daí o INAG (Instituto da Água) ter elaborado um projeto que ficou concluído em dois mil e doze, justamente para se fazer a duplicação da ribeira. Agora, a Câmara Municipal até está, numa emergência.... Reparem, conforme fazemos centros de saúde (que competia ao Estado e que a Câmara faz), conforme construímos esquadras de polícia (que competia ao Estado e fazemos), também agora não temos problema... Se nós estivéssemos à espera que a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ou outra entidade qualquer fosse fazer a reparação, nem daqui a um ano. Estava lá o buraco aberto. Ora bem, daqui a um mês está resolvido, e bem resolvido. Portanto, a Câmara Municipal está a atuar e surpreende-me que os senhores deputados e as senhoras deputadas não tenham orgulho numa Câmara Municipal que tem esta capacidade de realização, que é isto que os munícipes, realmente, salientam. Os munícipes... Eu vou lá todos os dias, falo com os cidadãos, falo com os munícipes. Quero dizer que todos me manifestam uma grande satisfação. Aliás, aqueles que fazem algumas críticas mais cínicas, normalmente até desaparecem, não me abordam, é curioso, é interessante, não me fazem abordagens. Portanto, o buraco está a ser tapado, está a ser bem tapado de acordo com as técnicas modernas da engenharia da construção e, portanto, está tudo a correr muito bem.

-----Falhas na iluminação. As falhas de iluminação, lamentavelmente, a responsabilidade não é da Câmara. É daqueles casos em que a Câmara Municipal paga e a EDP faz. Só que a EDP, depois da nacionalização, está-se a revelar de uma incompetência extraordinária, já estou farto de dizer isto aqui. Nós reunimos com frequência com a administração da EDP Comercial, e a verdade é que eles dizem que sim, que sim, mas coisas que eram resolvidas em vinte e quatro horas há uns anos atrás, agora demoram meses. Não é a Câmara que vai pôr a lâmpada, portanto, os senhores deputados que são muito diligentes, alguns de vocês, também podem tomar a iniciativa de se dirigirem à EDP, e perguntar por que razão (já que perguntam tanta coisa), porque é que não perguntam à EDP, porque é que não coloca as lâmpadas. -----

-----Acesso a resultados de auditorias... aliás, já foi solicitada na Câmara, será remetida à Assembleia Municipal. Quanto à auditoria da Município, ainda não está concluída. Sei que, neste momento.... Aliás, foi uma questão que eu perguntei há dois ou três dias. Foi apresentado um relatório, esse relatório está neste momento em fase de contraditório na própria Município, logo que o relatório esteja pronto, farei chegar à Assembleia Municipal. -----

-----Que medidas toma a Câmara para a boa gestão dos dinheiros públicos transferidos para as associações? Naturalmente através dos relatórios de atividades e da apresentação de faturas ou documentos de despesa. No caso dos bombeiros, se a Câmara Municipal atribui verbas, e como calculam aos bombeiros são atribuídas verbas de milhões de euros para aquisição de equipamento de custos muito elevados (trezentos mil, quatrocentos mil, a autoescada custou um milhão de euros, perto disso) e, portanto, tudo isso são apresentados em documentos comprovativos dessa despesa.

-----Ora, relativamente à cratera da Ribeira de Algés, já falei nisso. Nos geólogos especialistas também. Danos em estruturas de edifícios não existem, não há, por enquanto, portanto, se os geólogos especialistas que a Senhora Deputada conhece, realmente forem capazes de dizer à Câmara quais são os prédios que já foram afetados por essa situação, obviamente que estranho que se dirijam à Senhora Deputada, e não se dirijam à Câmara Municipal. Acho estranho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

haver essa questão. Normalmente as pessoas reclamam.-----
----- Relativamente ao licenciamento em catadupa no leito de cheias pelo Município. Quero dizer que desde que sou Presidente da Câmara não me recordo de nenhum licenciamento em leito de cheia. Se alguém conhecer, façam o favor de dizer. Desde mil novecentos e oitenta e seis não há um único edifício, ou seja, desde que eu sou Presidente da Câmara, licenciado em leito de cheia. Não conheço. Se forem capazes de dizer qual é e demonstrarem que, efetivamente, está em leito de cheia e que foi aprovado ilegalmente, como calculam teria de ser demolido. Edifícios em leito de cheia têm que ser demolidos, portanto, se conhecerem algum, agradeço que me avisem. Se se referem ao dito, ao tão decantado Parque dos Cisnes, é resumido facilmente: aprovado em mil novecentos e setenta e três, dá-se o Vinte e Cinco de Abril, em setenta e quatro, o Estado, da revolução, tomou conta da urbanização, intervencionou, em setenta e sete desintervencionou, devolveu aqueles terrenos à empresa proprietária, a Habitat Peña Mechó. Mandou elaborar um novo plano, o Estado, não foi a Câmara Municipal (o Governo) e em mil novecentos e oitenta e cinco (ainda eu não era Presidente da Câmara) em agosto de oitenta e cinco, entrou em vigor um novo Plano Diretor Municipal que retirou, vejam bem, mesmo assim, mil fogos àquilo que estava aprovado no Plano de Pormenor do Vale de Algés, porque onde hoje é o parque urbano, tinha uma correnteza de prédios igual à que está na margem esquerda da ribeira, ou seja, o Parque dos Cisnes. Para haver parque urbano, foi necessário que em oitenta e cinco fosse retirado do dito Plano de Pormenor anterior cerca de mil fogos. Curiosamente, contra essa situação a Habitat recorreu, pedindo ao Estado uma indemnização de cem milhões de euros. Demorou, arrastou-se nos tribunais desde essa data, foi arquivado o processo em dois mil e vinte. Vejam bem, só em dois mil e vinte é que o processo foi arquivado pelo tribunal. Portanto, esta coisa de estar sempre constantemente a “encher a boca” de licenciamentos, enquanto este Presidente da Câmara está na Câmara (desde mil novecentos e oitenta e cinco), não há um único licenciamento da responsabilidade de executivos de que eu sou Presidente da Câmara. -----

-----Por outro lado, gostaria de dizer que este projeto (já agora) da duplicação da ribeira ficou concluído em dois mil e doze. E já que estamos a falar em responsabilidades, de quem era o projeto? Do INAG. Se o INAG fez o projeto, é porque se sentiu responsável pela sua reexecução. Curiosamente, sabem quem o meteu na gaveta? Um Governo do PSD, curiosamente, sendo o secretário de estado um militante do PSD aqui de Oeiras, que até era presidente da Comissão Política de Oeiras e secretário de estado do Ambiente, o Doutor Pedro Afonso Paulo. Portanto, foi ele que meteu na gaveta o projeto de duplicação da Ribeira de Algés. De maneira que isto “cada pedra cada minhoca”. De maneira que quem meteu na gaveta este projeto, foi justamente o Governo do PSD que estando pronto o projeto em dois mil e doze, desapareceu, nunca mais se fez nada. Eu tinha tudo negociado com o Governo do Partido Socialista, comecei a negociar com o Governo do Partido Socialista cinquenta por cento/cinquenta por cento, entretanto o Governo do Partido Socialista caiu, em dois mil e onze, o PSD ganhou as eleições e meteu na gaveta este processo. -- -----

-----Bom no que diz respeito a uma...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Finalmente, uma outra questão do Senhor Deputado O’Neill (CH). Enfim, cada um realmente diz aquilo que quer. Quando inaugurarmos o edifício, tenho a certeza absoluta que há alguns deputados que não vão estar lá. Não tenho dúvidas, mas o Deputado O’Neill (CH) estará de certeza absoluta na inauguração do novo edifício. Não tenho dúvidas. Estará lá na inauguração e, naturalmente, nas conversas que tiver com os funcionários, vai dizer que realmente os funcionários da Câmara merecem ter instalações condignas, instalações adequadas e os munícipes devem ser atendidos como deve de ser. Vai ser uma festa, a inauguração daquele edifício. Um edifício que há mais de trinta anos que é desejado e necessário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ora bem, Julgados de Paz. Senhor Deputado, vem atrasado. Já tivemos um Julgado de Paz aqui no Concelho, mobilado, equipado, etc., só que na altura (agora não posso dizer qual foi o Governo, mas também posso averiguar), veio um Governo qualquer, e acabou com o Julgado de Paz em Oeiras. Ultimamente falaram realmente no Julgado de Paz em Cascais e pretendiam que o Julgado de Paz de Oeiras ficasse dependente de Cascais. Comigo em Presidente da Câmara, não haverá Julgado de Paz em Oeiras, dependente do Julgado de Paz de Cascais. É tão simples como isto. -----

----- Por outro lado, um hospital. Devo dizer que a população de Oeiras... Nós não podemos andar aqui a reivindicar hospitais em todos os concelhos. A população de Oeiras não necessita de um novo hospital. A população de Oeiras é servida pelo Hospital São Francisco Xavier, que serve Oeiras e a zona ocidental de Lisboa. O Hospital São Francisco Xavier é o nosso hospital. Claro que temos depois hospitais especializados, nós até temos o Hospital de Santa Cruz, que está cá em Oeiras, onde são tratadas as doenças do coração não só dos doentes de Oeiras, mas de todo o país. De todo o país vêm doentes e do estrangeiro, vêm doentes para serem tratados no Hospital de Santa Cruz. Portanto, temos cá..... e, aliás, ao gosto do Chega, com certeza, e da Iniciativa Liberal, até temos dois hospitais privados aqui no Concelho também. Nós aqui somos bem um microcosmo representativo daquilo que são as correntes políticas e ideológicas do nosso país: privado, público, cooperativo e social. Temos tudo, é como nas igrejas, também temos cá as igrejas todas. -----

----- Ora bem, o que é que acontece? O Fórum é, de facto, um elemento fundamental para aquilo que é o estádio e desenvolvimento do nosso Concelho e a necessidade de cuidar das condições de trabalho dos nossos funcionários. Ora bem, mas não é isso que impede... O Julgado de Paz, é isto que eu acabei de dizer. No que diz respeito ao Hospital São Francisco Xavier, o que precisamos é que o São Francisco Xavier funcione bem e até tem funcionado bem. Com certeza, hoje nenhum hospital funciona bem. Não, não, não estou a falar neste momento, há dois ou três anos para cá, com certeza, que é do domínio público que ao Sistema Nacional de Saúde aconteceu-

lhe o mesmo que à Ribeira de Algés, colapsou. É assim, o Serviço Nacional de Saúde, de facto, colapsou, não está a responder às necessidades das pessoas, o que significa, reparem, independentemente do dinheiro que lá é injetado. O Primeiro-Ministro farta-se de dizer que meteu mais vinte ou trinta milhões, ou quinze milhões, mil milhões de euros. No entanto, no fundo, não está a funcionar. Há de haver ali razões, com certeza, que determinam que não esteja a corresponder. Mas o Hospital São Francisco Xavier sempre respondeu bem, mas nos últimos tempos está-lhe a acontecer o mesmo que com outros hospitais. Portanto, nós o que precisamos de defender é melhor funcionamento do Hospital São Francisco Xavier, que corresponda àquilo que são as necessidades do nosso Concelho. -----

-----Agora, o facto de fazermos o novo edifício, Senhor Deputado, quero-lhe dizer que não é isso que impede que, neste momento, sejamos o município... voltamos ao mesmo, eu sei que isto é uma chatice.... Recebemos prémios todos os dias. Todos os dias estamos a receber prémios de todas as áreas. Na habitação pública, somos o município que mais habitação pública constrói em Portugal, porque somos o terceiro município com maior taxa de habitação pública (é Lisboa, Porto, Oeiras é o terceiro, mas comparem a população), somos o terceiro a nível nacional, mas ao nível da construção pública neste momento, Oeiras é o primeiro. Aliás, não somos só o primeiro, somos o único, neste momento, que tem prédios em construção de habitação pública, porque há outros municípios que estão a fazer habitação, mas é requalificação de casas (que nós também fazemos), algumas casas estavam abandonadas e aquisição no mercado. Portanto, construção de habitação pública é Oeiras. E estamos a fazer, já vamos com qualquer coisa... a nós não nos falta... Eu, reparem, até estranho, agora nesta coisa da campanha eleitoral, porque as campanhas eleitorais são propícias a isso e, às vezes, os partidos nem se apercebem do que dizem. Eu costumo dizer o seguinte: entre mil novecentos e oitenta e sete e mil novecentos e noventa e cinco, foi um período de luz. O país esteve iluminado pelo Professor Cavaco Silva, que realmente fez um trabalho notável do ponto de vista social. Todos se lembram do PER (Programa Especial de Realojamento),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foram milhares de casas. Em Oeiras fizemos cinco mil, aliás, fizemos seis mil e tal, mas cinco mil no âmbito do PER e mil e oitocentas sem o PER. Mas depois, a partir de noventa e cinco, com os Governos que vieram a seguir, podemos pôr assim uma barra negra, portanto, um período de trevas, o sol desapareceu e não houve mais habitação. Mas em dois mil e vinte e um, há que fazer justiça, o Doutor António Costa conseguiu, através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), habitação, três mil milhões de euros para fazer habitação. Nesse contexto, por exemplo, em Oeiras, temos neste momento disponíveis trezentos milhões de euros para construir habitação. No dia catorze, a Senhora Ministra da Habitação vem cá inaugurar um edifício aqui em Paço de Arcos de habitação jovem, porque é o modelo e no dia vinte teremos cá o Senhor Primeiro-Ministro, o Doutor António Costa a inaugurar a exposição de habitação do Concelho de Oeiras, onde está aquilo que já foi e aquilo que vai ser, e aquilo que é. Quer dizer o presente e o futuro ao nível da habitação, com mil e quinhentas casas já lançadas, não sei se estão a ver. -----

----- Portanto significa, Senhor Deputado O'Neill (CH) que não é a construção do edifício que impede, que em simultâneo... Nós não fazemos o Julgado de Paz que isso serão "peanuts", são uns tostões, não é isso... Fazemos residências para idosos, que estão em construção; fazemos habitação pública; fazemos requalificação urbana (recuperámos cento e setenta e quatro edifícios de habitação pública); fazemos arruamentos; plantamos palmeiras, porque palmeiras fazem parte, as palmeiras, as araucárias, as yuccas são espécies exóticas, mas que os portugueses gostam e que ao longo, desde os Descobrimentos... Não somos nós um país multicultural, não é? E, portanto, com os Descobrimentos portugueses nós trouxemos a flora, podia ser Laurissilva, a floresta Laurissilva, mas estamos a falar da flora de todo o mundo que está aqui representada no Jardim Botânico, por aí fora e, portanto, é natural que estas espécies exóticas façam parte do nosso dia a dia. Como nós não estamos aqui para cumprir o programa do Bloco de Esquerda, mesmo ao nível do paisagismo, nós fazemos o paisagismo que aos nossos paisagistas lhes agrada, fazemos aquele que nós próprios gostamos, plantamos oliveiras, por exemplo, não é? Trouxemos três mil oliveiras

do Alentejo, procuramos... O que é a biodiversidade? Nós não temos... As palmeiras não são infestantes, a palmeira é uma espécie exótica, que eu já vi que o Bloco de Esquerda não gosta, ou a Coligação Evoluir, mas eu gosto muito das palmeiras e, de vez em quando, satisfazem-me esse gosto, também tenho direito. De maneira que aquilo que eu tenho verificado na rotunda de Linda-a-Velha, das palmeiras que estão a ser colocadas de um lado e do outro, eu vou lá e só recebo elogios. Não me apareceu ainda nenhum munícipe a dizer: “Senhor Presidente, estas palmeiras não estão bem aqui”. Não, pelo contrário, todos dizem que já deviam ter sido plantadas, porque as que estavam lá secaram. E então, estava eu convencido que o Senhor Deputado ia dizer assim: “Bom, finalmente, acertaram com as palmeiras. Finalmente, acertaram com as palmeiras, já não puseram a palmeira arecaceae e agora plantaram a palmeira de leque”. Eu não me recordo do nome em latim. Nesta palmeira, o escaravelho não lhe dá. Esta palmeira consegue resistir ao escaravelho, e realmente é muito bonita.-----

-----Portanto, se as bacias de retenção vão descarregar diretamente no Tejo. Só se fosse pelo ar, Senhor Deputado. Não há hipótese. Se faz uma bacia de retenção na Amadora, ou na Boavista, Boavista ou Bela Vista? Boavista. Se fazem uma bacia de retenção, obviamente que a bacia de retenção, quer dizer isso mesmo “retenção”, portanto, retém as águas para, justamente, permitir que no pico da cheia, a ribeira não encha e, depois, esvazia gradualmente. As bacias de retenção, realmente estão previstas duas ou três, uma delas até ainda em território de Oeiras. Está prevista uma naquela zona do World Trade Center, ali perto e depois estão duas na... As palmeiras, foi o Deputado Carlos Coutinho (CDU)?” Foi o Deputado Tomás (EO), exatamente.-----

-----Mas mais uma vez... Nós não estamos aqui, devo dizer, para cumprir o programa... eu compreendo... Não, o vosso programa não é o nosso programa. Quer dizer, os cidadãos estão satisfeitos com o modelo que nós estamos a fazer. -----

-----Onde estão as GOP de Sintra? Estou a terminar... Disponibilidade para uma busca e salvamento das GOP. Por agora, devo dizer o seguinte: eu também não sei onde estão, de maneira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que, mais uma vez... Porque é que os Senhores Deputados da Coligação Evoluir não pedem a presença do senhor presidente do conselho de administração do SIMAS aqui? Porque é que não pedem? Façam favor, também gostava de o ver cá. Eu também gostava de ver cá o presidente do conselho de administração. Aliás, não sei se se aperceberam, que aqui há uns meses, há dois ou três meses, antes do Governo cair (agora não falaram mais disso), mas veio nos jornais todos que estava prevista a criação de uma empresa, onde iria albergar a Câmara Municipal da Amadora, a Câmara Municipal de Loures, a de Odivelas e Vila Franca de Xira. Não estou aqui a dizer nenhuma novidade, no ano passado não podia dizer, eu já sabia disso, mas não era eu que ia dizer, mas agora que já é público, posso comentar aqui. É indiscutível que a Câmara Municipal da Amadora tem o propósito de se separar de Oeiras. Queriam criar, querem criar uma empresa, mas agora como o Governo caiu, não sei se aquilo era um arranjo dentro do Partido Socialista, porque são tudo câmaras do Partido Socialista. Portanto, para criar uma empresa dependurada nas Águas de Portugal ou nas águas do Tejo Atlântico (não faço ideia) ... termino já Senhora Presidente... portanto, o que é que acontece?"-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Assim já não é Oeiras a pagar as obras...” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “O que é que acontece? Provavelmente, em janeiro, também, a Câmara Municipal trará uma proposta aqui, e como há tempos o Senhor Deputado Pracana (PSD) dizia que “mais vale tarde do que nunca” ..., obviamente, os casamentos não têm que ser forçados, não é? Se a Amadora quer sair de Oeiras, sai e, provavelmente, temos que retomar a primeira forma. Agora, neste momento, a maioria da administração é da Amadora, o presidente do conselho de administração e um dos administradores e, portanto, quero-lhes dizer que a Câmara de Oeiras (não vou aqui divulgar a correspondência privada, correspondência oficial, que troco com a Câmara Municipal, mas que é com a Câmara da Amadora, que é confidencial, naturalmente), não vou divulgar aqui,

mas é indiscutível que a Câmara Municipal de Oeiras, neste momento, não tem capacidade para alterar o rumo dos serviços intermunicipalizados de Oeiras e Amadora. De maneira que se os Senhores Deputados querem saber mais, se querem as GOP a tempo, etc., façam o favor de convocarem o conselho de administração para uma assembleia, para serem esclarecidos. Da parte da Câmara de Oeiras, estamos à vontade para dar os contributos que forem necessários. Portanto, não sei se as GOP vêm agora, se vêm em janeiro ou se não vêm. Pode ser que estejam à espera que o conselho de administração seja liderado pela Câmara de Oeiras, a partir de março será liderado pela Câmara Municipal de Oeiras e, portanto, com certeza que nessa altura, garanto-vos, as GOP estarão cá. Agora, até lá, não faço ideia. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.12. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte: -----

-----“É muito rápido, Senhora Presidente. -----

-----Só para lembrar o Senhor Presidente da Câmara que em vinte anos, em cerca de vinte anos que estão prometidas as intervenções na Ribeira de Algés, o PSD foi poder durante seis anos. Portanto, atirar as culpas para um partido que esteve tão pouco tempo no poder é, de facto, muito engraçado. Dizer também que é constrangedor a forma como o Senhor Presidente “sacode a água do capote” e como faz alguma graça relativa a um assunto tão sério, ao desabamento da ribeira. De facto, acho que o Senhor Presidente deveria, se calhar, refletir sobre o porquê dos moradores da zona não virem mais ter consigo, não virem mais expor-lhe os problemas que as suas casas estão a sofrer, porque inclusivamente já há associações que se criaram naquela zona, que já estiveram nesta Assembleia Municipal e estiveram presentes numa reunião temática. Era importante, se calhar, que o Senhor Presidente refletisse, ou então que o seu ouvido, em vez de funcionar mal, não seja tão seletivo, porque sendo tão seletivo, se calhar os problemas não lhe chegam conforme as necessidades dos nossos munícipes.-----

-----Muito obrigada.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.13. O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----
----- Era só para deixar aqui a nota em tom de lamento, que as questões deixadas pela
Iniciativa Liberal não foram respondidas, nem sequer remetidas para um momento posterior.-----
----- Volto a relembrar que a nossa questão era se foi feita inspeção da estrutura que encana
a Ribeira de Algés e toda a sua extensão, incluindo na zona que colapsou este ano (depois das
cheias do ano passado e antes do colapso) e, também, com que frequência é que estas inspeções
estavam a ser feitas para detetar fissuras, ou necessidades de manutenção que pudessem ter evitado
esta situação. -----

----- Obrigado.” -----

3.14. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----
----- Espero não precisar de trinta e cinco por cento a mais do tempo que me está alocado,
mas, se for o caso, agradeço que o seu critério de tolerância contemple, seja o mesmo para os
vários casos sócio que aqui já se sucederam.” -----

3.15. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, o meu critério de tolerância é tolerância zero. Simplesmente, há
situações em que a pessoa está a falar e o tema percebe-se que vai terminar. Há casos em que se
está a falar e vai dizendo sucessivas coisas que não têm a ver umas com as outras e, aliás, até em
certas situações, eu até deveria de interromper e dizer “não continue nesses termos”, deixo a pessoa
às vezes acabar. Mas a tolerância..., porque se nós formos a fazer cada um a ter tolerância e o outro
igual, então não vale a pena haver grelhas de intervenção, horário. Eu agradeço-lhes que realmente
cumpram.” -----

3.16. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, tentarei cumprir o meu tempo ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, que ultrapassou o seu em sete minutos e meio, correspondente a trinta e sete vírgula cinco por cento a mais do tempo que lhe está alocado. -----

-----Eu não podia deixar, no entanto, de comentar dois exercícios que reparei que o Senhor Presidente fez. Se calhar foram mais, mas as piruetas de demagogia foram tantas, que só apanhei dois. -----

-----O primeiro, foi um exercício de responsabilidade em que procura misturar crítica política, avaliação técnica e ações judiciais. Baralha tudo num novelo impossível de destrinçar e tenta atirá-lo para cima dos mesmos protagonistas quando não é o caso, e faz isso graças ao segundo exercício que fez, que é um exercício de projeção, que só Freud explica, de que as pessoas são manipuláveis, que só fazem coisas porque foram manipuladas pelo Grupo Político Evoluir Oeiras. Nada mais, nada poderia ser mais falso do que isso. Portanto, estes dois exercícios de irresponsabilidade e de projeção ficam-lhe muito mal, Senhor Presidente. E, na sua intervenção, podia ter feito um terceiro exercício que lamentamos que não tenha feito, que era o exercício do poder de síntese. Sete minutos e meio a mais. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado, que tenha tempo de intervenção, cujo grupo político tenha tempo de intervenção, pretende usar da palavra?”-----

3.17. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Eu pretendo, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quem?”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Eu pretendo usar da palavra.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “O Senhor já não tem tempo de intervenção.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, desculpe. Só para que fique em ata...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, Senhor Deputado. O Senhor não tem tempo de intervenção. Vou-lhe desligar o microfone.”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** observou o seguinte: -----

----- “Para que fique em ata, a Senhora viola...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** informou o seguinte: -----

----- “Vou-lhe desligar o microfone. Pronto.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o microfone se encontrava desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, está a falar, não tem gravação, nem se ouve.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o microfone se encontrava desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não fica não.”-----

----- **A Senhora Presidente interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Disse que aquilo que o Senhor estava a dizer, não estava a ser gravado. -----

----- Não, não apago. Apago aqui. -----

-----Quando o Senhor falou, eu desliguei o microfone. -----

-----Olhe, Senhor Deputado, eu estou farta das suas “bocas” sobre falta de Democracia. O senhor pode ir pregar Democracia para outro lugar, não para cima de mim. Porque eu vou-lhe dizer.... É, é.... Vou-lhe dizer uma coisa: faz hoje quarenta e sete anos que se realizaram as primeiras eleições autárquicas, em que eu fui candidata. Sabia? A uma assembleia de freguesia. Não é de ontem, são quarenta e sete anos de Democracia, que eu prezo. Não é o Senhor que me vem agora para aqui dar lições de Democracia, ou pretender. Eu retirei-lhe a palavra porque o Senhor ultrapassou o seu tempo de intervenção e agora disse-lhe que não tinha tempo de intervenção e que não valia a pena falar, porque não seria gravado. Porque é permitido neste microfone desligar o microfone e foi o que eu fiz. Portanto, não apago coisa nenhuma das atas, o que é gravado ...” -----

-----**O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o microfone se encontrava desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Senhor Deputado, não tem que achar bem ou mal. É assim. O que está gravado é o que aparece nas atas e, além disso, por mais de uma vez já aqui trouxe as gravações e o vídeo para se provar que coisas que eram afirmadas, não correspondiam à realidade. Eu gostaria, e peço-lhe o favor, do Senhor ter alguma contenção naquilo que diz e nos ataques que faz à Mesa, ainda que indiretos e ainda que sub-reptícios (mas que nós percebemos). -----

-----Eu pergunto se mais alguém quer usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Não havendo mais intervenções...” -----

3.18. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, desculpe.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Quer usar da palavra, Senhor Deputado? Já não tem tempo, desculpe.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Era só para... Não, não é para intervenção. É que foi colocada uma questão pela Senhora Deputada Sónia (PSD) relativamente à responsabilidade daquela estrada no Jamor, e julgo que o Senhor Presidente se esqueceu de responder a isso. Só isso.” -----

3.19. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Não respondeu porque já não tinha tempo. -----

----- É porque...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, há aqui duas situações: quando o Senhor Presidente está a falar, nós também contamos o tempo de intervenção dele. E ele, ultrapassou o seu tempo de intervenção... E depois, os senhores dizem que ele não respondeu a determinadas questões... pois, é natural, não tinha mais tempo. -----

----- Chegamos ao fim deste período.-----

----- Mais ninguém, dos que têm tempo de intervenção, pretende usar da palavra? -----

----- Vamos passar para outro período, para o Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apresentação da Proposta CMO N.º 1014/2023 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de 2024, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2024 -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Como nós tínhamos acordado, em Conferência de Representantes, será feita uma apresentação pelos técnicos da Câmara Municipal, penso que será pelo Doutor Bruno Mouco. ---

-----Portanto, eu peço-lhe o favor de tomar o seu lugar habitual... E vamos então ouvir esta apresentação. -----

-----Quando tudo estiver operacional eu agradeço-lhe que comece... Eu vou-me sentar em outro sítio qualquer, senão fico a meio da placa.” -----

-----O **Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)** fez a seguinte apresentação: -----

-----“Vou fazer uma breve apresentação do Orçamento PDEGOP de dois mil e vinte e quatro, que será submetido a votação. -----

-----O Orçamento de dois mil e vinte e quatro, totaliza o montante de duzentos e setenta e três milhões cento e dezoito mil setecentos e setenta euros, dos quais, setenta e nove vírgula dois por cento, já estão comprometidos à partida com: Dívidas e Encargos Financeiros, Encargos com o Pessoal e Compromissos Assumidos. -----

-----Neste montante, é de relevar que o montante dos Compromissos Assumidos referem-se a processos de contratação plurianuais das despesas e dos outros encargos do Município, que já totalizam quarenta e sete vírgula zero três por cento do Orçamento. -----

-----Os Encargos com o Pessoal, vinte e cinco vírgula trinta e dois por cento. -----

-----Da restante fatia, das Obrigações Fiscais, Funcionamento (que ainda não está comprometido) e da Atividade Normal, o valor ascende a dezasseis por cento (arredondando), que é o valor que está disponível sem estar comprometido. -----

-----Para os Novos Projetos de Investimento, temos uma dotação que representa quatro vírgula cinquenta e sete por cento do Orçamento. -----

-----Relativamente aos Principais Agregadores, e feita a variação face à receita previsional de vinte e três, os impostos continuam em reta de acensão, de acordo com as regras previsionais, representando cento e vinte e um vírgula seis milhões de euros, o que representa nove vírgula quatro por cento, de variação face ao Orçamento inicial do ano em curso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente às Transferências Correntes e de Capital, o montante inscrito é de oitenta e um vírgula oito milhões de euros, correspondendo a uma variação de trinta e um vírgula cinco por cento. Aqui, chamo à atenção que neste agregador de receita encontram-se as verbas relativas ao PRR, das transferências de capital e também o acréscimo das receitas previsionais, relativamente ao fundo de descentralização.-----

----- Em relação às Taxas e Venda de Bens e Serviços, há aqui uma pequena variação, face às regras previsionais, correspondendo a vinte e nove vírgula seis milhões de euros, dois vírgula quatro por cento negativos, face ao ano anterior.-----

----- Nos Ativos e Passivos Financeiros, a inscrição neste Orçamento é de dezanove milhões de euros, com um decréscimo face ao Orçamento do ano anterior, resultante, essencialmente, da previsão do empréstimo já ser muito inferior face ao que foi inscrito em vinte e três. A execução do empréstimo já tem um valor considerável, temos só catorze milhões de empréstimo previsto no Orçamento do próximo ano, e cinco milhões numa aplicação financeira, que continua como previsão para o próximo ano.-----

----- Relativamente às Outras Receitas, é pouco expressiva, de setecentos mil euros, apresenta uma variação negativa de trinta e um vírgula cinco por cento.-----

----- Os Rendimentos de Propriedade têm um valor muito estável, cerca de quatro vírgula nove milhões de euros, tendo um acréscimo residual face ao ano anterior.-----

----- E, na Venda de Bens e Investimentos, está aqui prevista a entrada da verba relativa à venda, em hasta pública, da ex-CNP, que vai ser feita a escritura em janeiro próximo.-----

----- Relativamente à Independência Financeira, o Município continua com um indicador estável de sessenta e cinco por cento.-----

----- No que se refere à Despesa, continuamos aqui com o investimento, mais uma vez, como o grande agrupamento da despesa que impacta grande parte do Orçamento. Este valor de cerca de oitenta e sete vírgula oito milhões de euros, representa um crescimento, mesmo que

marginal, face ao ano anterior de zero vírgula sete por cento. -----

-----A Aquisição de Bens e Serviços, é o segundo agrupamento de despesa com grande impacto, setenta e um vírgula quatro milhões de euros, com um acréscimo de um vírgula três por cento. -----

-----As Transferências Correntes e de Capital, como terceiro agregador de despesa com sessenta e nove vírgula dois milhões de euros. Aqui chamo à atenção que tendo as transferências para as escolas, no âmbito da descentralização, subido relativamente ao fundo da descentralização, reflete também na despesa. Reflete-se no aumento da receita e também da despesa. -----

-----Relativamente a Juros e Outros Encargos Financeiros, temos o valor mais baixo, cerca de três vírgula um milhões de euros, com uma variação de sessenta e quatro vírgula um por cento. Chamo à atenção que aqui está previsto o acréscimo de juros, relativamente à atualização das taxas de juro Euribor, já para o próximo ano. -----

-----Nas Outras Despesas, um valor residual inferior a um milhão de euros, que representa uma variação de oito vírgula dois por cento. -----

-----No que se refere à Distribuição e Equilíbrio do Orçamento, temos o Orçamento de duzentos e setenta e três vírgula um milhões de euros, que é decomposto em duzentos e seis vírgula cinco milhões de euros de Receita Corrente, sessenta e seis vírgula sete milhões de euros, Receitas de Capital e Outras Receitas.-----

-----Em relação às Despesas, cento e setenta e seis vírgula cinco milhões de Despesa Corrente e noventa e seis vírgula seis milhões de euros de Despesa de Capital. -----

-----O Saldo Corrente, é de trinta milhões de euros.-----

-----As Amortizações Médias, representam dois vírgula sete milhões de euros, o que, de acordo com a regra do equilíbrio orçamental, representa um saldo positivo de vinte e sete vírgula dois milhões de euros, correspondente a um rácio de treze vírgula dois por cento.-----

-----Relativamente à Receita Fiscal, continuamos com o IMT de acordo com as regras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

previsionais, estando como o imposto que previsionalmente tem a maior expressão na receita, cinquenta e dois vírgula três milhões de euros.-----

----- Seguindo-se o IMI, o imposto mais estável, com trinta e um vírgula três milhões de euros.-----

----- E a Derrama com vinte e três vírgula nove milhões de euros.-----

----- O IUC, tem aqui uma subida significativa de um vírgula um milhões de euros, face ao ano anterior, resultante da média dos vinte e quatro meses.-----

----- No que se refere ao Orçamento por Eixos Estratégicos, e alinhando segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (as ODS locais), temos o território com uma fatia de cinquenta e três vírgula um milhões de euros.-----

----- O Ambiente e Alterações Climáticas, com vinte e seis vírgula três milhões de euros.-----

----- A Mobilidade Urbana, com nove vírgula três milhões de euros.-----

----- E a Habitação com vinte e oito vírgula nove milhões de euros. Chamando à atenção que, no que se refere à habitação, encontram-se previstas verbas do PRR na receita, para suportar esta despesa.-----

----- Relativamente ao Desenvolvimento Económico, mantêm-se, mais ou menos, os valores do ano anterior, com um milhão de euros.-----

----- Concelho Seguro, dois vírgula cinco milhões de euros.-----

----- A Educação com dezasseis vírgula três milhões de euros. Aqui tem um acréscimo previsional face ao ano anterior.-----

----- Na Ciência e Inovação, dois vírgula cinco milhões de euros.-----

----- Para a Capital da Cultura e Turismo, temos de previsão oito vírgula sete milhões de euros.-----

----- Para a Coesão Social e Desporto, treze vírgula quatro milhões de euros. Chamar à atenção que, neste eixo estratégico, a requalificação dos vários pavilhões de desporto impactam

aqui, fortemente, na previsão deste eixo estratégico. -----

-----O Bem-Estar Animal, mantem-se estável nos cerca dos setenta mil euros.-----

-----Para a Governança Local e Modernização Administrativa, quarenta e um vírgula cinco milhões de euros. -----

-----O Mapa de Pessoal, no presente exercício, apresenta um valor previsional de sessenta e nove vírgula dois milhões de euros, correspondente à previsão das remunerações para todo o exercício, bem como, as subidas previsionais dos salários para o próximo ano. -----

-----De uma forma genérica, podemos analisar o Orçamento por Eixos Estratégicos, com a sua evolução face aos dois anos anteriores.-----

-----Podemos verificar que o Território Inteligente, no primeiro eixo, tem uma variação de cerca de três milhões de euros, face a dois mil e vinte e dois. -----

-----O Ambiente tem uma variação residual, não muito expressivo, porque a aposta nesta estratégia tem sido sempre constante.-----

-----Na Mobilidade, voltamos a ter um valor inscrito semelhante ao de dois mil e vinte e dois. -----

-----A Habitação, do ponto de vista previsional de vinte e três e vinte e quatro, tem um valor substancialmente superior a vinte e dois, relativo às obras do PRR. -----

-----O Desenvolvimento Económico, é o eixo estratégico mais estável. -----

-----Concelho Seguro, tem uma variação significativa face ao ano anterior. -----

-----E, a Educação, como eu já tinha referido, tem tido investimentos que superam os valores face a dois mil e vinte e dois.-----

-----De referir ainda que a Coesão Social e o Desporto, também têm a mesma variação. --

-----Relativamente ao Mapa de Pessoal, referir mais uma vez que, do ponto de vista previsional, apesar de nos anos anteriores não terem a dotação prevista na sua totalidade, em vinte e quatro a previsão já comporta todos os encargos no mapa de pessoal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em relação à previsão por Funções... As Funções Gerais, continuam a ser a grande fatia do nosso Orçamento, com cento e vinte e quatro vírgula um milhões de euros. -----

----- As Atividades Mais Relevantes, noventa e cinco vírgula nove milhões. -----

----- E o PPI (o Plano Plurianual de Investimentos), vinte e cinco vírgula oito milhões de euros. Aqui está incluído o Fórum Municipal.-----

----- Face ao ano anterior, há uma variação positiva de treze por cento. -----

----- No que se refere às Funções Sociais, têm uma expressão de sessenta e cinco vírgula dois milhões de euros, nas atividades mais relevantes. E cinquenta e sete vírgula nove milhões de euros, no Plano Plurianual de Investimentos. Totalizando cento e vinte e três vírgula um milhões de euros. Também tem uma variação positiva de sete vírgula nove por cento. -----

----- As Funções Económicas, apresentam uma previsão de dezassete vírgula três milhões de euros, tendo uma variação positiva de vinte e seis vírgula quatro por cento, face ao ano anterior.

----- E, as Outras, com uma dotação de oito vírgula sete milhões de euros, tendo também uma variação positiva de dezassete vírgula seis milhões de euros. -----

----- Relativamente às Funções Gerais, como já tinha referido, a grande fatia de investimento está alocada ao Fórum Municipal, apresentando aqui um valor significativo de vinte e cinco vírgula sete milhões de euros.-----

----- Em relação, às atividades mais relevantes, têm a dotação de noventa e cinco vírgula nove milhões de euros. -----

----- A Proteção Civil e a Polícia Municipal, com valores mais reduzidos e com variações pouco expressivas. -----

----- No que se refere às Funções Sociais, de referir que o ensino não superior tem uma forte componente de aumento, nomeadamente nas Atividades Mais Relevantes e no PPI, com dezanove vírgula três milhões de euros. -----

----- A Saúde com uma previsão de três vírgula três milhões de euros, com uma variação

positiva de onze por cento. -----

-----A Ação Social, continua a ser uma grande aposta, com uma variação positiva de trinta e quatro vírgula um milhões de euros (deverá querer dizer “trinta e quatro vírgula um por cento”), totalizando oito vírgula nove milhões de euros. -----

-----A Habitação, como já tinha sido referido, o grande peso advém dos projetos financiados pelo PRR, com uma previsão de vinte e oito vírgula dois milhões de euros, mesmo assim com um saldo positivo, uma variação positiva face ao ano anterior, de oito por cento. -----

-----O Ordenamento do Território com treze milhões de euros, há aqui um decréscimo de dez por cento. Mas, mesmo assim, com uma forte componente de investimento no PPI, com oito vírgula um milhões de euros.-----

-----Para os Resíduos Sólidos, relativamente às obrigações de tratamento de lixo, os valores são muito semelhantes aos dos anos anteriores, apesar da redução.-----

-----Para a Proteção do Meio Ambiente, também um valor expressivo na despesa corrente, nomeadamente com os encargos, com o tratamento e a manutenção dos espaços verdes, com catorze vírgula dois milhões de euros.-----

-----Para a Cultura, um investimento do PPI de seis milhões de euros, acaba por ter uma variação positiva de quatro vírgula três por cento, face ao ano anterior, totalizando um total de despesa de doze vírgula três milhões de euros.-----

-----O Desporto, como eu já tinha referido, tem um valor previsionar significativo de nove vírgula seis milhões de euros em PPI, totalizando treze milhões de euros, tendo uma variação de cinquenta e um vírgula quatro por cento face ao ano anterior.-----

-----As Outras Atividades Cívicas e Religiosas, apesar de ser menor, um vírgula seis milhões de euros, mesmo assim, é superior em cinquenta e cinco vírgula um por cento, face ao ano anterior.-----

-----No que se refere às Funções Económicas, a iluminação tem aqui um decréscimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

previsional, que advém também das poupanças com energia, que se tem verificado ao longo dos últimos procedimentos de contratação, o que fez reduzir aqui um pouco a previsão da despesa.---

----- Relativamente aos Transportes Rodoviários, existe um reforço de quarenta e cinco vírgula nove por cento face ao ano anterior, seis vírgula quatro milhões de euros no PPI, o que totaliza nove vírgula sete milhões de euros nas GOP. -----

----- No Turismo, temos uma variação de dezassete vírgula dois por cento, totalizando três vírgula três milhões de euros. -----

----- Nas outras Funções Económicas, apesar de residual, também apresentam aqui um aumento de quarenta e sete vírgula cinco por cento, totalizando um vírgula seis milhões de euros.

----- Para as Outras Funções, da Dívida Autárquica e das Transferências entre Administrações, previsionalmente temos um aumento de sessenta e dois vírgula cinco por cento, totalizando três vírgula um milhões de euros. -----

----- Para as Transferências entre Administrações, a variação é residual, porque são as despesas que decorrem dos protocolos com as freguesias, dos contratos entre Administrativos, dos quais totalizam cinco vírgula seis milhões de euros.-----

----- De referir ainda que, das previsões da Dívida Autárquica, já se reflete a primeira amortização do empréstimo, bem como a subida de juros decorrente da atualização das taxas Euribor, por isso é que há um valor significativo de aumento, sessenta e dois vírgula cinco por cento.-----

----- No que se refere às Estatísticas sobre a Execução Orçamental, a evolução do saldo de gerência continua como previsto (como em anos anteriores) com o seu decréscimo, em dois mil e vinte e dois terminou-se com um saldo de cerca de vinte e um milhões de euros, tendo sido a trajetória decrescente a partir de dois mil e dezanove.-----

----- Relativamente ao grau médio da execução da receita, entre dezoito e vinte e dois, situou-se em noventa e seis por cento e o grau médio da execução da despesa entre dezoito e vinte

e dois situou-se em oitenta e um por cento. -----

-----Em relação às Condicionantes Orçamentais para os próximos anos, há ainda uma incerteza na conjuntura macroeconómica, que poderá prejudicar a execução da receita nos próximos anos, como a pressão na despesa, resultante dos vários investimentos em curso e também os atrasos nos desembolsos dos financiamentos do PRR, que poderão condicionar a execução do Orçamento. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Doutor, pela sua apresentação. -----

-----Eu iria agora perguntar, se algum dos senhores deputados pretende algum esclarecimento, dado que a reunião de hoje é nesse sentido.” -----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado pela apresentação. -----

-----Eu tenho uma questão em relação aos mapas e aos valores do Orçamento de Pessoal... Na apresentação que fez, no slide onze, onde temos “Orçamento por Eixos Estratégicos”... se quiser pôr no slide onze... tem uma tabela sumário, e na linha treze desta tabela tem: “ Mapa e Orçamento de Pessoal”, e temos aqui os valores, em dois mil e vinte e dois, trinta e oito milhões de euros; em dois mil e vinte e três cinquenta e quatro; em dois mil e vinte e quatro, sessenta e nove... Só para confirmar (não vou fazer nenhuma intervenção política), nós no documento mais detalhado, temos uma explicação para o aumento de quatro ponto dois milhões de euros, no último ano, de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro, mas aqui temos um diferencial de quinze milhões (que já vem seguido do diferencial de dezasseis)... Onde é que nós podemos encontrar a explicação dos dez ponto oito milhões de euros em falta? Pode só indicar-nos ou explicar-nos?” -----

-----O **Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, pela pergunta. -----

----- Se tiver atenção nas outras propostas de Orçamento dos anos vinte e dois e vinte e três, o Orçamento de Pessoal, não era orçamentado na sua totalidade, sendo depois utilizado o recurso do saldo de gerência para fazer essa compensação, ou seja, nesse documento existia essa diferença e esse valor, o qual justificava que em vinte e dois não se orçamentasse a totalidade do orçamento pessoal, e em dois mil e vinte e três também. A diferença em dois mil e vinte e três foi cerca de onze milhões de euros, que ocorreu depois por reforço, por incorporação do saldo de gerência logo no início do ano (se tiver acesso às Propostas de Deliberação consegue verificar essa diferença). E relativamente a vinte e dois também houve um reforço de cerca de vinte e seis milhões de euros, também no mesmo efeito. Eu referi exatamente isso para tentarem perceber que este orçamento tem a totalidade previsional do mapa do Orçamento Pessoal para o ano dois mil e vinte e quatro. Claro que pode haver, depois, pequenos acertos que possam ocorrer ao longo do ano, poderão haver algumas alterações permutativas para acomodar algumas necessidades que sejam necessárias. Mas o Orçamento está na sua totalidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Doutor, antes de mais os meus agradecimentos pelo seu quadro muito elucidativo e as suas explicações. -----

----- Eu tinha aqui duas ou três dúvidas, e começo por uma delas que tem a ver com as chamadas “Condicionantes Orçamentais”. O Senhor indicou ali três, e duas delas geram-me aqui alguma dúvida: uma tem a ver com a pressão da despesa nos investimentos, e a pergunta em relação a esta (que eu gostava de ser esclarecido) é a seguinte: se esses investimentos não estão solidificados através de orçamentos que foram aprovados, e que, portanto, à partida se manterão em vigor, qual é a base para o Senhor Doutor e este orçamento, no fundo, fazer apelo a esta pressão na despesa? É uma das questões. -----

-----A outra tem a ver com os chamados “Atrasos”, presumo que isso não está naturalmente na nossa mão, visto que os fundos do PRR virão do Governo Central. Mas, eu gostava de perceber em que termos é que isto foi avaliado em termos de quantitativos, em termos de timing? Qual é o tipo de pressão? Porque isto enfim, é um conceito um pouco abstrato, poderá realmente determinar essas preocupações que fez, e teve o cuidado aqui de nos transmitir.-----

-----Uma outra questão ainda: não entendo, de facto (não sei se poderá ou não esclarecer), uma redução que considero significativa de dez vírgula seis por cento, em relação ao tema dos “Resíduos Sólidos”, numa altura em que a exigência neste Concelho, como noutros, mas neste particularmente, porque nos habituámos nesta área a ter alguma eficácia nesta matéria. Gostaria de perceber também, se há alguma explicação, ou se o Senhor Doutor tem? Porque senão será colocada à Câmara no momento oportuno.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte:-----

-----“Senhor Doutor, quer responder ou quer ouvir mais uma intervenção?”-----

-----**O Senhor Bruno Mouco interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Responde já a esta...”-----

-----**O Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito boa tarde, Senhor Deputado.-----

-----Muito obrigado pelas suas questões.-----

-----Relativamente às Condicionantes que coloquei aqui, a Pressão dos Investimentos, ocorre essencialmente com as revisões de preços. Como sabe, com os aumentos de preços generalizados, é muito difícil prever o que é que os investimentos vão impactar exatamente. O Fórum, é um dos exemplos, tivemos algumas revisões de preços com valores significativos, isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

poderá colocar alguma condicionante de pressão de despesa no Orçamento.-----

----- Os Atrasos de Desembolsos do PRR, por mais que se queira executar o PRR, a avaliação técnica, pelo lado do IHRU, é sempre morosa, porque, por vezes, nós queremos ter a verba... nós temos que apresentar as despesas para depois sermos reembolsados. O que é que acontece, muitas das vezes esse desembolso demora três, quatro meses a surgir, o que poderá condicionar a execução orçamental. Temos que ir analisando caso a caso, e fazer uma gestão de tesouraria e também de execução orçamental, de forma a conseguirmos cumprir com todas as obrigações. -----

----- Relativamente aos Resíduos Sólidos, o que está no orçamento é exatamente aquilo que está nos compromissos plurianuais que estão registados e que é despesa previsional. -----

----- Outras informações poderemos disponibilizar posteriormente.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Doutor Bruno, antes de mais, quero agradecer a sua simplificação. -----

----- Enquanto Deputado Municipal do CHEGA, entendo que a gestão orçamental municipal nos próximos anos vai enfrentar uma série de condicionantes que suscitam algumas preocupações significativas, exigindo uma abordagem prudente e uma estratégia para mitigar potenciais consequências no futuro. -----

----- Relativamente à Pressão na Despesa, resultante dos diversos investimentos em curso, foi aqui falado também, representa outro desafio substancial, a juntar àquilo que foi mencionado pelo colega do PSD, que é os atrasos nos reembolsos dos financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência, que constituem um elemento adicional de preocupação. -----

----- Aquilo que eu queria, perguntar é que, perante esta incerteza, há realmente uma certeza firme que nada disto poderá entrar em incumprimento, quer relativamente às tranches que estamos à espera do Plano de Resiliência? E se há algum outro tipo de pensamento ou algum plano b, caso isto não resulte?” -----

-----O Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património) disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, sim. De facto, existe e é por isso que o Senhor Presidente também já assinou, há duas semanas, um pedido de antecipação, que é previsto no próprio programa, de verbas, já para colmatar essas necessidades. Obviamente, que isso poderá atenuar um pouco a pressão que poderá existir relativamente à execução orçamental, garantindo assim os pagamentos aos fornecedores, aos empreiteiros.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Uma nota, justamente sobre esta última questão: o problema dessa pressão decorrente dos financiamentos do IHRU. E compreende-se a preocupação do Senhor Diretor Financeiro, mas, na realidade, essa é uma situação ultrapassada, porque a Câmara Municipal... nós temos recusado adiantamentos (já agora que fique claro), durante algum tempo recusámos adiantamentos, mas os adiantamentos estão à disposição das Câmaras Municipais. E, portanto, só há cerca de um mês, um mês e pouco, numa reunião que eu tive com a Senhora Ministra da Habitação... aliás, devo-vos dizer que foi o próprio Governo interessado em fazer esses adiantamentos, porque é natural, até porque tem a ver com a taxa de execução do PRR... Portanto, houve uma determinada altura em que nós considerámos que não seria tão necessário esse adiantamento, porque partimos do princípio que as coisas burocraticamente corriam com celeridade, e que da parte do IHRU não haveria assim tanto tempo como isso a fazer a apreciação.-----

-----A antecipação traduzia-se, geralmente, numa situação em que houvesse alguma morosidade. Realmente essa morosidade está-se a verificar, razão por que já comunicámos ao IHRU que vamos aceitar adiantamentos. Portanto, a pressão decorrente desta situação, digamos que vai terminar.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio dizendo o seguinte-----

-----“A redução tem a ver com as viaturas adquiridas em vinte e três, que em vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

já não vamos adquirir.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “Obviamente que há sempre uma razão... Há anos em que há mais investimentos do que outros. Por exemplo, no caso dos resíduos sólidos urbanos, há uma redução de investimento porque houve uma aquisição de viaturas no passado, três ou quatro viaturas de recolha de resíduos (ou este ano, ainda), na ordem dos duzentos e cinquenta, trezentos mil euros cada viatura... se no próximo ano não se adquirirem tantas viaturas, obviamente, que há um decréscimo do investimento. Não tem a ver com a gestão corrente dos resíduos sólidos urbanos, tem a ver com o investimento de capital nessa área.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “No documento, do Plano de Desenvolvimento Estratégico de quinhentas e sessenta e cinco páginas, que foi dado a conhecer aos deputados para análise, é suposto hoje, realizarmos questões técnicas. -----

----- Este é um documento que indica na página treze, a visão do município (isto diz as expectativas dos nossos cidadãos). E eu gostaria de começar por me referir ao primeiro grande investimento que também está neste documento, que é o investimento do município para cumprir esta missão, esta visão, o edifício sede do Fórum Municipal, que merece, neste momento, um destaque próprio, até é indicado, e passo a citar: “... que se encontra em construção e corresponde à maior obra lançada por, e para esta edilidade”. Na página setenta e seis, indica-nos, que em dois mil e vinte e quatro, terá um investimento de vinte e dois milhões de euros. Dez páginas à frente indica que serão vinte e dois ponto dois milhões de euros. -----

----- A minha questão é: nos quadros das GOP dois mil e vinte e quatro, na página cento e setenta e cinco do documento pdf (que não sei exatamente qual é que é a página física, porque nós não temos a numeração), estão atribuídos vinte e dois milhões de euros para dois mil e vinte e quatro, à obra deste Fórum Municipal, e em dois mil e vinte e cinco, estão atribuídos oito milhões.

Eu gostaria de saber, se os contratos já celebrados até ao momento, com esta finalidade, perfazem quanto destas verbas? Isto está na rubrica zero um ponto zero quatro. -----

-----E assim, o Grupo Político, gostava de saber qual é o contrato, ou seja, na verdade, quanto é que passa de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro? -----

-----Eu se calhar, posso pôr as minhas questões todas, certo Senhora Presidente?” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou dizendo o seguinte:---

-----“Também o Grupo Político Evoluir Oeiras, apresentou num documento enviado no início de novembro, vinte e duas propostas para as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e quatro, e em reunião de Câmara, no passado dia vinte e nove, o Senhor Presidente indicou, que teriam sido aceites todas as propostas sete/três. -----

-----E por isso, eu gostaria de saber qual é que é a verba prevista para concretizar estas propostas que disse que estavam então aprovadas, em sede do Orçamento de dois mil e vinte e quatro? Em que páginas podemos localizá-las? E se não figuram ainda, nesta proposta do Executivo, quando serão então financiadas e incorporadas? Se será depois por alterações orçamentais permutativas. -----

-----A terceira questão, tendo na mesma reunião da Câmara, sido informados que todas as propostas apresentadas pelo PS para as GOP dois mil e vinte e quatro, tinham sido também aceites e incorporadas nas mesmas, eu gostaria de saber qual é a dotação orçamental para as mesmas e onde as podemos encontrar? -----

-----Na reunião de Direito de Oposição, também foi...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. interveio** dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, desculpe interrompê-la, mas...”-----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Sim, sim, diga...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “... essas não são questões de explicação do Orçamento...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** questionou o seguinte: -----

----- “Não são técnicas?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Não.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou dizendo o seguinte: ---

----- “Se são incorporadas, se foram aceites na Reunião de Câmara e foi indicado, eu gostava de saber, nas tabelas onde é que elas estão? Parece-me uma pergunta técnica. Mas deixo, a quem quiser responder.-----

----- Na reunião do Direito à Oposição, também foi indicado que haveria um acréscimo de cinco milhões de euros para pessoal, o Senhor Doutor Bruno Mouco abordou ligeiramente este ponto na sua apresentação, mas não explicando o que eu pretendo. Primeiro, gostava de, depois de ouvir a sua intervenção, saudar que, como reiteradamente temos pedido que, desta vez, esteja desde o início do Orçamento que é aprovado aqui pelos senhores deputados, a incorporação dos valores dos ordenados e dos subsídios respeitantes ao pessoal, porque sabemos desde o início que eles são necessários para o ano inteiro e, portanto, temos vindo a insistir nesse ponto e saudamos o Município por desta vez incorporar desde início, como ouvi agora na sua apresentação. Ainda assim, e tendo em conta que recentemente, o Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal tinha os funcionários exatamente que necessitava, e que não seriam precisos mais funcionários, e eu vejo aqui neste documento, que em relação a dois mil e vinte e três são ocupados mais cinco postos de funcionários, e ficam libertos mais onze postos... O que eu gostaria de saber é: estes cinco milhões de acréscimo são por que razão? São apenas por estes valores que estão agora a ser considerados desde o início do ano, portanto, de ordenados e subsídios ou há mais alguma outra

razão?-----

-----E por fim, em relação aos últimos slides, o Município tem ou não pensadas medidas para aumentar a percentagem do grau de execução da despesa? Eu sei que é um grau elevado, oitenta e tal e por cento (é elevado). Mas gostava de saber se há alguma medida pensada para colmatar este ponto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Senhor Doutor, há alguma questão técnica que...”-----

-----O **Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)** disse o seguinte:-----

-----“Só me queria reservar à última questão da Senhora Deputada, que eu acho que é pertinente.------

-----Relativamente às Despesas com o Pessoal, o valor do acréscimo de cerca de cinco milhões de euros, tem a ver, essencialmente, com alguns novos recrutamentos para dois mil e vinte e quatro, estimativa a três meses também de novos recrutamentos, recrutamentos que também estão em execução agora, até dezembro de dois mil e vinte e três, que vão se repercutir no próximo ano, e também o aumento, e esse mais significativo, com um valor bem mais robusto, cerca de dois vírgula seis milhões de euros, referente às alterações dos salários na proposta de Orçamento do Estado para dois mil e vinte e quatro. Esse é o grande justificativo desses cerca de cinco milhões que identificou.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte:-----

-----“Eu só queria saber se há algum sítio nas tabelas onde eu possa verificar esta divisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de valores.”-----

----- **O Senhor Bruno Mouco (Diretor do Departamento de Finanças e Património)** disse o seguinte: -----

----- “Com certeza... No capítulo de “Mapa de Pessoal e Orçamento de Pessoal”, nesta página terá essa informação... esta é uma apresentação, mas está lá esta informação, no capítulo “Mapa de Pessoal”.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Começo por cumprimentá-la a si, ao Senhor Presidente, ao Executivo, senhoras e senhores deputados, e agradecer, naturalmente, ao Doutor Bruno Mouco a sua apresentação. -----

----- Nós temos algumas questões para colocar, embora tenhamos aqui um diferencial de interpretação daquilo que são questões técnicas, porque as discussões técnicas, Senhora Presidente, em torno das Grandes Opções do Plano, não são mais do que discussões políticas sobre as opções que se tomam para a execução financeira e sobre as opções que são efetivamente tomadas...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Questões políticas é na próxima Sessão.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** continuou dizendo o seguinte: -- -----

----- “... se assim não fosse, Senhora Presidente, órgãos como a Assembleia Municipal ou as Assembleias de Freguesia, não faziam muito sentido. -----

----- Uma das primeiras questões que queria colocar, Senhor Doutor, é que, de facto, tem havido uma opção política que levou a um conjunto de formas técnicas de elaborar o Orçamento, que foi o facto de se ter optado nos últimos anos por desorçamentar a questão da despesa com recursos humanos. Foi uma decisão política, que teve uma consequência técnica, e isso para nós é mais do que claro. Aquilo que o Senhor Doutor acabou de dizer é que, este ano, as Grandes Opções do Plano têm nos recursos humanos e nas despesas com os recursos humanos, a totalidade do

orçamento que será necessário. E, portanto, a pergunta é: se não há desorçamentação na área dos recursos humanos, há alguma área, Senhor Doutor, que tenha desorçamentação à semelhança daquilo que foram as vossas decisões técnico-políticas, político-técnicas, que foram implementadas nos últimos orçamentos? É porque se não há uma desorçamentação, este ano, significa que há um crescimento muito elevado ao nível das receitas fiscais, e isso tem que ter, naturalmente, um impacto. -----

-----Continuando e dito isto, para que fique claro qual é que é o nosso posicionamento relativamente a esta questão, do que é que são discussões técnicas ou discussões políticas sobre as GOP, queria voltar à ata do dia catorze de novembro, deste ano, em que o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, explica-nos como é que suporta nos seus cálculos e na base como estabelece aquilo que são as decisões que tomam relativamente aos impostos, explica-nos como é que essas decisões foram tomadas. E o Senhor Presidente diz: “O que estamos aqui a discutir é uma forma sofisticada que os governos arranjaram de chutar para as câmaras municipais, algum odioso relativamente à questão fiscal. Porque, vamos lá ver.... na realidade, em oitenta por cento dos municípios portugueses, para aí oitenta por cento, a receita do IMI, da Derrama e do IMT é absolutamente irrelevante” e depois acrescenta “Vocês têm à sua disposição o IRS, o IMI, o IMT e a Derrama. Naturalmente que os municípios não podem prescindir de aplicar estas taxas, porque são as suas fontes de receita, porque o Estado não faz qualquer transferência para esses municípios”. A este propósito, no dia um de dezembro, no jornal o Expresso, vem um artigo sobre a devolução dos impostos pelas autarquias que diz que: “A receita fiscal dos municípios tem crescido, a bom ritmo, à boleia do imobiliário”, diz também o artigo do Expresso que: “No Orçamento de Estado dois mil e vinte e quatro...”, refere-se ao Orçamento de Estado, do Estado, como é evidente, e não a este “a grande maioria das autarquias vai devolver algum imposto aos seus residentes, seja mais ou menos cento e trinta e nove municípios”, ou seja, sessenta e três por cento dos municípios devolve. Acrescenta ainda que: “Quem vive em Oeiras, um dos concelhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com maior rendimento per capita do país, tem um desconto simbólico de vinte e quatro ponto noventa e quatro milhões que encaixa de IRS, e Isaltino...”, diz o artigo “fica com noventa e cinco por cento”. Aproveito já agora para lembrar que Lisboa é, já há vários anos, o município que mais alivia o IRS municipal, tendo beneficiado durante muito tempo os seus munícipes de dois ponto cinco, e agora têm uma taxa de desconto de três ponto cinco. -----

----- Julgo não ser necessário, porque é que a posição do Partido Socialista relativamente aos impostos, é a que é, e que defendemos a diminuição do IRS municipal. -----

----- A pergunta que se coloca é: pese embora o crescimento de nove ponto quatro, como o Senhor Doutor ainda há pouco referiu, dos impostos, qual é a razão técnica para que não se devolva mais, por via do IRS municipal, aos munícipes?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Doutor, eu penso que isto não é uma questão para o Senhor responder. -----

----- Senhor Presidente, faz favor.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bom, sobre isto é só um comentário. -----

----- Até parece que nós andamos aqui em mundos paralelos. -----

----- O Governo estrangula os portugueses com impostos, quer dizer, os impostos asfixiam os portugueses, isto é do conhecimento geral. Estrangula os municípios, porque, no caso de Oeiras, não recebemos um euro do Estado. E, depois, ouvimos aqui nesta Assembleia, dizer que a Câmara Municipal deve prescindir dos impostos que sustentam o Município. Quer dizer, o Governo estrangula os cidadãos, e depois, o município agora que alivie a carga fiscal.-----

----- O Governo vem buscar o dinheiro... vinte e oito mil milhões de volume de negócios deste Concelho, do qual não recebemos um euro. Do IVA, este Concelho não recebe um euro, por uma razão, receberíamos se porventura, fosse distribuído o Fundo Geral Municipal, como é a todos os municípios de Portugal, com a exceção de Oeiras, Lisboa e Cascais. Oeiras, Lisboa e Cascais

não recebem... a Amadora recebe trinta e tal milhões, por exemplo. Ora bem, Oeiras recebe zero, e nesta Assembleia ouvimos os Deputados do Partido Socialista dizer: “a Câmara Municipal de Oeiras, além dos dezasseis milhões de euros...” esse conselho, dirija-o diretamente ao seu Partido que, naturalmente, alivie os cidadãos, e que não seja à custa daquilo que são os dinheiros do Município, justamente para fazer a intervenção social que o Governo não faz... é o medicamento, é o medicamento aos cidadãos, nós estamos a pagar medicamentos aos cidadãos, estamos a ter médico em casa vinte e quatro horas por dia, estamos a dar aquecimento... de onde é que vem esse dinheiro? Dos impostos dos cidadãos, naturalmente. Daqueles que podem, para aqueles que precisam. -- -----

-----Agora, não deixa de ser estranho... o Governo que mais impostos aplica em Portugal, (só a troika se terá equiparado) e ouvirmos aqui, um discurso desta natureza. -----

-----Portanto, eu acho que está tudo esclarecido.” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Essa questão, é para debatermos na próxima semana. Porque é a discussão política sobre o Orçamento. Hoje, conforme ficou acordado, era para fazer perguntas, questões técnicas ao Doutor Bruno Mouco. -----

-----Podemos fazer um intervalo. -----

-----Este ponto está esclarecido. -----

-----Senhor Doutor, muito obrigada, mais uma vez, pela sua colaboração.” -----

-----**INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 971/2023 – GMA - relativa ao Relatório Anual de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Oeiras, relativo a 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quanto a esta proposta relativa ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Oeiras relativa ao ano dois mil e vinte e dois, regista-se um aumento extremamente significativo de medidas por implementar, face ao ano anterior, devido à escassez de recursos humanos, à falta de desenvolvimentos informáticos e formação. Estas faltas deviam ter sido corrigidas, havendo vontade política para tal. -----

----- Igualmente grave é o facto de o Executivo pretender aprovar um Relatório que tem insuficiências, tendo a elaboração do mesmo ter sido condicionada pela exiguidade dos recursos humanos do Gabinete Municipal de Auditoria. -----

----- Na própria proposta deliberação afirma-se que: “Há ainda necessidade de efetuar diligências adicionais em função da obtenção de respostas incompletas ou inconsistentes, além disso, face ao elevado número de itens objeto de análise, bem como a sua dispersão por diversas fontes, foi necessário realizar sucessivos procedimentos de validação da informação”. Queremos saudar o esforço e o empenho dos serviços, desde logo do Gabinete Municipal de Auditoria, mas não podemos aprovar um relatório com estas insuficiências, e não podemos deixar de responsabilizar o Executivo pelas mesmas. -----

----- E, Senhora Presidente, não ficaria bem comigo mesmo, e já que se falaram de prémios no Município de Oeiras, aqui hoje, e falam-se várias vezes na Assembleia Municipal, queria também referir, já que está relacionado com questões de combate à corrupção e transparência, o prémio atribuído ontem à Vereadora Independente da Coligação do Grupo Político Evoluir Oeiras, Carla Castelo, que recebeu ontem o prémio Tágides Iniciativa Local, relacionado com estas

questões de combate à corrupção, luta por mais transparência, e no caso do prémio ganho pela Senhora Vereadora, foi atribuído na categoria de Iniciativa Local e creio que é importante salientar isto, tendo em conta que também é do âmbito do Município de Oeiras.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Este ponto é para Apreciação, não é para Votação...” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Esta Assembleia é chamada hoje, a apreciar e não a votar, o Relatório Anual de Execução de dois mil e vinte e dois, do Plano de Prevenção e Riscos de Gestão do Município de Oeiras, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -----

-----Recebemo-lo em dezembro de dois mil e vinte e três, o que só por si, não é uma surpresa, porque o de dois mil e dezanove, objeto da PD mil e trinta e quatro de dois mil e vinte, foi apreciado nesta Assembleia a nove de março de vinte e um. O de dois mil e vinte, que incorporava a PD quinhentos e oito, de dois mil e vinte e um, foi apreciado nesta Assembleia a treze de julho de vinte e um. O de vinte e um, ao abrigo da proposta oitocentos e trinta e oito de dois mil e vinte e dois, foi apreciado a quinze de novembro de dois mil e vinte e dois. E agora, este de dois mil e vinte e dois, que é acompanhado pela proposta novecentos e setenta e um de dois mil e vinte e três, é apreciado hoje, doze de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

-----Como também não é surpresa que a justificação para estes atrasos sistemáticos, quando a lei estabelece que eles têm que ser aprovados em abril, seja sistematicamente a questão da falta de recursos humanos, nomeadamente no Departamento de Assuntos Jurídicos. Sendo que, desta vez, a novecentos e setenta e um, de dois mil e vinte e três, vem aduzir a saída de um técnico muito bom, muito importante, mas que era de tal forma importante que o deixaram sair para outro serviço, o que é curioso, porque demonstra, de facto, que do ponto de vista político, a prioridade dada a estas questões do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, é lateral, subsidiário, e portanto, pode ficar para as calendas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Qual é a novidade este ano? Bem, a novidade deste ano é que o Senhor Presidente viu-se obrigado, no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e três, a fazer um despacho, o despacho número cinquenta e três de dois mil e vinte e três, a puxar, se me permitem a expressão, as orelhas aos dirigentes da Câmara dizendo “você são obrigados a fazer, você têm que fazer, você têm cumprir, etc.” e o que nós vemos neste Relatório, na PD e na informação que o acompanha é que, de uma forma absolutamente estranha, os serviços da Câmara “borrifaram-se” para aquilo que era o despacho do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- A questão que é aqui preciso levantar, e que nos preocupa, é saber se já nem o Presidente da Câmara manda nos serviços da Câmara, e consegue cumprir e fazer cumprir as suas orientações, para que, de facto, os serviços cumpram os prazos que a lei diz, e que inclusive têm penalizações legais, e façam com que este Plano seja apresentado à Vereação e aprovado pela Vereação, no prazo que a lei estabelece.” -----

----- **O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria colocar duas questões ao Executivo, ou pode ser ao Senhor Presidente ou quem for melhor para responder. -----

----- Perante este Relatório que nos fizeram chegar com muita amabilidade à Assembleia, qual é que consideram ter sido o risco mais ameaçador identificado neste plano, que foi mitigado com sucesso? E qual é que consideram ser o risco mais crítico, ou seja, também mais ameaçador, que ainda está por mitigar?” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “É costume dizer que Portugal tem as melhores leis do mundo, mas falta a sua execução. De facto, se nós olharmos para aqui, e no mundo ideal, não seriam necessários diplomas como a resolução do Conselho de Ministros trinta e sete de dois mil e um, ou o decreto-lei cento e nove E, que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção.-----

----- Só o facto destes diplomas terem surgido, indicia que, para o legislador, é um risco

(para não dizer mais do que isso).-----

-----É evidente, que todos nós gostaríamos que nada disto sucedesse.-----

-----O que nós estamos aqui a apreciar é um plano que, de alguma maneira, reproduz as preocupações dos serviços, os esforço dos serviços e, naturalmente aquilo que tem sido feito no sentido de limitar, combater este problema endémico, que infelizmente, afeta a sociedade portuguesa a todos os níveis, como todos nós sabemos, umas vezes com razão, outras vezes sem razão, porque também importa dizer isso, mas, de facto, há essa preocupação.-----

-----Este Plano de Prevenção foi objeto de uma avaliação intercalar em outubro de dois mil e vinte e dois, portanto, julgo que o facto de só ter vindo agora não terá grande relevância, porque houve essa avaliação intercalar, e agora procede-se à avaliação anual, que chega até nós. De todo o modo, o que nós entendemos é que é necessário continuar a batalhar contra este problema que afeta a nossa sociedade e que, naturalmente, tem consequências a todos os níveis, nomeadamente a nível económico.-----

-----Acho que este documento está bem elaborado, permite avaliar aquilo que tem sido o trabalho e o esforço dos técnicos da Câmara, do Senhor Presidente e do Executivo, no sentido de limitar os danos.-----

-----De todo o modo, eu julgo que é importante dizer isto, dado que já hoje aqui, o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez referência ao despacho cinquenta e três de dois mil e três, do Senhor Presidente... eu julgo que esta Câmara tem, de facto, nos últimos tempos, e a prova está aqui, e a prova veio inclusive naquilo que foi o seu comprometimento com o jornalista a nível de uma investigação que já foi falada nesta Assembleia, que é a transparência. Quando os processos são transparentes, tudo se torna mais difícil para atitudes enviesadas só possíveis, de facto, em situações menos transparentes ou em situações em que as pessoas que intervêm a esses níveis se sintam confortáveis, se sintam protegidas. Portanto, a transparência é, na nossa opinião, a mãe de todas as coisas nesta matéria. Eu continuo a dizer, e convido a Câmara a manter essa exigência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transparência que nos últimos tempos tem vindo a lume, e de que este despacho, na minha opinião, é elucidativo e até o próprio fornecimento de toda a documentação a esse jornalista de investigação, que oportunamente foi publicitada, e que outras câmaras não o fizeram, incorrendo, inclusive, em procedimento judicial para a exibição desses documentos, cuja decisão se aguarda.

----- Portanto, entendemos que este relatório anual, no fundo, reflete aquilo que são os esforços e reflete aquilo também, que é necessário ainda fazer. -----

----- Convidamos a Câmara a continuar este trabalho, porque é um trabalho que, aos oeirenses em particular, e aos portugueses em geral, interessa.”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção: -

----- “No que concerne à proposta novecentos e setenta e um de dois mil e vinte e três, relativa ao Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Oeiras, tenho aqui a mencionar que, relativamente às deficiências aqui contidas, originalmente passíveis de correção através de uma postura política efetiva, são exacerbadas pela flagrante intenção do Executivo de aprovar um relatório permeado por lacunas, um reflexo direto da inadequação dos meios humanos do Gabinete Municipal de Auditoria. A própria Proposta de Deliberação reconhece a necessidade urgente de diligências adicionais devido a respostas incompletas e incongruentes, sublinhando a intrincada e dispersa natureza da informação sujeita a análise. Apesar dos esforços dos serviços, que nós logicamente constatamos, especialmente do Gabinete de Auditoria, a aprovação de um relatório com estas falhas revela-se inaceitável, e o Executivo deve ser responsabilizado por esta gestão negligente. -----

----- É premente abordar de forma franca e explícita a problemática da corrupção, que possivelmente subentende essas deficiências na gestão pública. A integridade institucional está em jogo, e a transparência e probidade no exercício do poder tornam-se essenciais para combater qualquer vestígio de malversação de recursos e promover uma administração pública

verdadeiramente responsável.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende intervir sobre este ponto?-----

-----Senhor Presidente, pretende usar da palavra?...-----

-----Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) ainda quer dizer alguma coisa?-----

-----Senhor Presidente, desculpe, parece que o Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) queria dizer alguma coisa.”-----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Era só se precisassem de um minuto, eu ia acrescentar mais uma pergunta, mas posso fazê-lo depois.”-----

-----**Alguém intervém, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** referiu o seguinte: -----

-----“Em relação ao risco relativo às empresas municipais... Neste relatório, que eu tenha visto no Plano, não me apercebi que houvesse aqui medidas dirigidas à minimização e prevenção de riscos de empresas que estão sob a dependência do Município, até porque nós vemos também no relatório várias medidas que consistem na execução de concursos para aquisição de bens e serviços com medidas de mitigação de risco, e nós sabemos que isto com empresas municipais não acontece. Por exemplo, com a Parques Tejo, todos os projetos de mobilidade são alocados à Parques Tejo, não existem concursos. Portanto, a Câmara tem uma responsabilidade de executar uma supervisão e prevenção de riscos interna, também. Será que houve algum tipo de relatórios de prevenção de risco que a Parques Tejo fez, que enviou ao Executivo, que não chegou até nós?

-----Como é que isto está a ser também aplicado às empresas municipais?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É essa questão adicional.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar que este Relatório é da responsabilidade da Câmara Municipal e dos respetivos serviços. E, portanto, quando se fala de transparência, há que em primeiro lugar referir a transparência do Relatório. É o próprio Relatório que reconhece, digamos, não são as senhoras e senhores deputados que estão a reconhecer isso, é o próprio Relatório que reconhece as lacunas existentes, portanto, transparência máxima. -----

----- Naturalmente, quando o Presidente da Câmara faz um despacho a chamar a atenção dos serviços para cumprirem determinadas regras e o cumprimento de terminados prazos, não se trata de os funcionários ou os dirigentes não respeitarem o Presidente da Câmara, ou a Câmara propriamente dita. Trata-se de que, na realidade... Esta é uma questão que determina alguns comportamentos, procedimentos, atenções, burocracias e controlo que, muitas vezes, os funcionários nem sempre estão devidamente sensibilizados para esta questão e, portanto, é necessário sensibilizá-los (isto é como as alterações climáticas, quer dizer, não vale a pena argumentar com argumentos “ad terrorem”, que o mundo acaba daqui a vinte anos ou trinta, se nós não tivermos determinado tipo de comportamentos), nós temos que sensibilizar as pessoas para que têm que adotar comportamentos adequados, não é assim de repente. Os próprios serviços não estavam ambientados à realização destes relatórios.... Isto é com os indicadores do Desenvolvimento Sustentável, possivelmente, nós já estamos muito mais avançados nos conteúdos que permitem alterações nos indicadores, mas ainda não temos as métricas adequadas para fazer isso. Portanto, também aqui a melhoria é constante... naturalmente que as melhorias deste Relatório, penso que reconhecem isso, se compararem com relatórios anteriores, há aqui um avanço significativo. -----

----- Relativamente a técnicos que entram ou que saem do Gabinete de Auditoria... se eu bem me lembro, a Câmara Municipal não pode impedir os funcionários de mudarem de serviço. E

o caso concreto...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Sim, não pode... designadamente quando saem da Câmara para outra câmara ou para a Administração Central. E, julgo que o que aconteceu aqui, é que a própria chefe da Divisão de Auditoria foi para a União Europeia, ou seja, concorreu a um cargo para a União Europeia, foi selecionada, foi ganhar três ou quatro vezes mais, obviamente que deixou a Câmara Municipal... Quer dizer, nós temos de saber do que estamos a falar... O problema dos recursos humanos... Qualquer dirigente acha que são precisos mais jardineiros, mais cantoneiros, acham que são precisos mais pedreiros, são precisos mais arquiteto, mais engenheiros, mais juristas, são precisos mais estes e aqueles... Ora bem, nessa matéria de recursos humanos, são aqueles que a Câmara Municipal considera necessários para prosseguir os seus fins. Essa é uma competência da Câmara Municipal.------

-----Ora bem, nesta matéria o Relatório é muito claro. Porque razão é que foi necessário fazer o tal despacho? Foi necessário fazer o despacho porque há dirigentes, há técnicos que ainda não foram devidamente sensibilizados, têm que ser... nas próprias ações de formação da Câmara tem que se introduzir os módulos que visam a formação das pessoas, justamente na questão dos riscos de corrupção e outras infrações. Mas isso é uma questão que se faz, ou que vai se fazendo, e, portanto, a Câmara Municipal tem prevista formação nessa área particularmente, aos técnicos, aos dirigentes de áreas mais sensíveis, na área dos fornecimentos, na área das empreitadas, na área dos procedimentos de contratação pública... portanto, em todas aquelas áreas que realmente são mais sensíveis.-----

-----O Presidente da Câmara, através do despacho chamar a atenção, é já uma forma também de sensibilizar, e dizer: esta é uma competência, é uma responsabilidade que todos têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no sentido de desenvolver os procedimentos e tomar as medidas...”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio dizendo o seguinte: -----

----- “O despacho faz-se todos os anos...” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “E o despacho é anual, para sempre lhes lembrar a questão.-----

----- Portanto, o que eu lhes posso dizer é que esta é uma preocupação manifesta por parte da Câmara Municipal e naturalmente que, tendo em conta aquilo que são as lacunas, as deficiências que são demonstradas através do Relatório, terá que haver ações de melhoria, nos próximos anos, no sentido de as coisas funcionarem melhor. -----

----- No que diz respeito às empresas municipais, cada empresa tem o seu Plano de Prevenção. Não faz parte... até pode vir a ser integrado, não digo que não, mas na realidade, cada empresa tem o seu Plano de Prevenção.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado pela sua resposta, que em suma não respondeu literalmente a nada do que eu disse, mas que revelou alguma irritação por aquilo que efetivamente foi dito. -----

----- Agora, ninguém põe em causa a transparência deste Relatório, o que se põe em causa é ter sido necessário fazer um despacho (e eu peço desculpa ao Senhor Vice-Presidente, mas se todos os anos se faz, a verdade é que até hoje, em todas as informações que aqui vieram sobre os planos, nunca citaram nenhum despacho do Presidente, é a primeira vez, portanto, espanta-me que existam outros, nos outros anos e que não tenham sido divulgados, nem se soubesse que eles eventualmente terão existido), mas a verdade é que, quando o Senhor Presidente começou a falar, o que me veio à cabeça foi: o Senhor Presidente não leu o despacho, agora. Já não se lembra do que é que escreveu em março. Porque, a sua resposta não tinha a ver com o despacho...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**

inaudível o que foi dito. -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“... Não, não quero..., mas pronto isto é da vida... nestas coisas é assim, também dá para irritar, às vezes... Agora, o que é relevante, depois do que o Senhor Presidente disse, é saber qual é, então, o compromisso político do Senhor Presidente e da Vereação, para que este serviço tão relevante tenha os recursos humanos necessários para o fazer dentro do prazo.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Com certeza Senhor Presidente. Faça o favor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“O Senhor Deputado está equivocado... completamente.-----

-----O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e de Corrupção não passa pelo Gabinete de Auditoria. O Gabinete de Auditoria é um mero recetor e, portanto, o programa passa por todos os serviços da Câmara Municipal... desculpe, o Senhor está totalmente equivocado... totalmente, está aqui a desviar as atenções e quer criar ruído onde ele não existe. Quem tem que preparar tudo isto são os diferentes técnicos e dirigentes de todos os serviços e isso não tem nada a ver com a falta de funcionários. Tem a ver com a outra questão que eu disse aqui, é um problema de sensibilidade. É uma questão dos funcionários, dos técnicos e dos dirigentes terem a consciência que a elaboração deste Plano é tão importante como desencadear uma empreitada que é fundamental para o Município. É tão simples como isto. A responsabilidade é de todos e, portanto, é necessário que todos estejam sensibilizados para isso. Ora bem, é isso que a Câmara Municipal paulatinamente vai fazendo. O Gabinete de Auditoria faz a compilação disto tudo e faz o relatório final e isso não é por ausência de funcionários... isso pode justificar o atraso de dois ou três meses a apresentação à Câmara ou à Assembleia Municipal, mas isso é uma outra questão. Não tem nada a ver com o conteúdo do Relatório. Não tem nada a ver com as medidas adotadas com vista a prevenir a corrupção, os riscos de gestão, etc., são coisas distintas. Então, Senhor Deputado, nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

caso, critique, realmente, que o Relatório já devia ter sido apresentado há três ou quatro meses e ficava por aí. Portanto, uma coisa é o Relatório chegar aqui com um atraso de três ou quatro meses e outra coisa é o conteúdo do Relatório ser suscetível de crítica. Ora bem, está enganado.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Rapidamente para dizer o seguinte:-----

----- O Senhor Presidente não estava com atenção quando o Deputado Jorge Rato (PS) falou. -----

----- Aquilo que foi dito é que o Relatório de dois mil e dezanove foi apreciado em março de dois mil e vinte e um, o de dois mil e vinte foi apreciado em sete de dois de dois mil e vinte e um e o de dois mil e vinte e em onze de dois mil e vinte e dois, portanto, não é uma questão de três ou quatro meses e a questão é repetidamente a mesma: Senhor Presidente, qual é o compromisso que o Senhor Presidente tem dos seus dirigentes quando estabelece um despacho que afinal de contas ao longo destes anos todos ainda não conseguiu sensibilizar o suficiente para que cumprissem efetivamente o prazo? Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Venho deixar nota de que as questões que coloquei ao início ainda não foram respondidas, nomeadamente, qual foi o risco mais ameaçador que foi mitigado com sucesso e qual é o risco mais crítico que ainda está por mitigar. E, da resposta do Senhor Presidente quando disse que cada empresa municipal terá o seu próprio Plano de Prevenção de Risco e Relatório o que estou a ouvir e a entender é que a Câmara não recebe esta informação, não está a monitorizar isso e nem a Assembleia Municipal. Qual é que é o Plano de Risco que está a ser implementado nas empresas municipais e quais são os resultados. Quer dizer, recebemos aqui propostas para pagar contas de trabalho feito pelas empresas municipais e não sabemos o que está a acontecer lá dentro. Se está a ser controlado, a forma como adquirem bens, como contratam pessoas, portanto, torna-

se ali um buraco negro e depois chega aqui a conta para aprovarmos e os munícipes pagarem. É isto que estou a perceber e corrijam-me se estou errado. Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, pretende usar de novo a palavra? Como? Não?” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Queria só dar aqui um esclarecimento em relação aquilo que foi aqui afirmado pelo Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL), pois está mal informado. -----

-----Nós não validamos aqui pagamentos de faturas de empresas nenhuma. O que nós aqui validamos Senhor Deputado são os contratos-programa com empresas municipais, onde são especificados os serviços que essas empresas têm que fazer e em função da concretização desses planos, desses contratos, são atribuídas verbas. -----

-----Por outro lado, à luz da lei, que é aquilo que nos rege num Estado de Direito, quando uma empresa municipal, seja ela qual for ou quando uma empresa qualquer em Portugal tem resultados negativos, os acionistas são obrigados a suprir esses resultados e é isso que acontece. Portanto, que fique aqui claro e para além do mais posso, em relação a uma empresa, garanto-lhe que a empresa Parques Tejo tem este Plano, poderá consultar no site da empresa, que é de lei e que tem este plano a ser cumprido. -----

-----Em suma, nós aqui não validamos contas de empresas municipais, isto não é uma mercearia da Iniciativa Liberal. O que nós aqui validamos, são as transferências de verbas, à luz de contratos-programa e cumprimos a lei, como acionistas das empresas quando têm resultados negativos, temos que cumprir a lei e suprir esses valores. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Terminamos, não há mais intervenções sobre este ponto.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **APRECIADA** -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 982/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa à Atribuição de Comparticipação Financeira às Uniões/Juntas de Freguesia para apoio às respostas alimentares (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “A minha intervenção sobre esta proposta da comparticipação financeira para alimentos não observa, por parte do Partido Socialista, nada que seja passível de ser comentado, à exceção de uma observação e de uma pergunta que faço que é: o número de quantidade de pessoas que são apoiadas. Aqui fala em sete mil na soma total das cinco Freguesias (sete mil quinhentas e cinquenta e uma pessoas). Eu penso que sejam pessoas, não serão famílias, penso que este deve ser o dado correto e, fazendo as contas, isto corresponde a uma prática de quatro ponto trinta e nove por cento da população de Oeiras. A única apreciação que posso fazer, e é um incentivo à nossa abordagem do tema deste apoio, que é muito útil, que é muito necessário e claro que não são só as Freguesias que fazem este apoio, é se nós estamos perante uma ponta de um iceberg ou se estamos, de facto, perto daquilo que poderemos considerar a quantidade de pessoas que têm necessidades alimentares, perto dos cinco por cento. Esta é a pergunta que dirijo ao Executivo, eu penso que será mais. Aqui a percentagem, dá cerca de quatro ponto trinta e nove por cento da população de Oeiras, exceto mil quinhentas e cinquenta e um, que é o que está no Relatório. -----

----- A primeira pergunta é: se o valor são famílias ou são pessoas? No relatório diz que são pessoas, eu calculo que sejam pessoas, sete mil pessoas vezes o número de famílias seria ainda mais.-----

----- A minha pergunta é: isto corresponde a quatro por cento, a caminhar para os cinco por cento da população de Oeiras, que têm necessidades de apoios alimentares? -----

----- A pergunta é: isto é um retrato plausível das necessidades das famílias e das pessoas

em termos alimentares é a ponta do iceberg, ou seja, está escondido na realidade social e económica do Concelho algo mais, ou isto é o valor que nós podemos considerar válido para as necessidades, que é sempre grave, nem que fosse uma só pessoa era grave, mas nós somos os políticos e analisamos esta situação e se estes valores poderiam ou não ser reforçados para as Juntas na justa medida que elas tenham ou não capacidade também para este serviço. E eu aqui refiro também que há Freguesias díspares, há aqui Algés com três mil e oitocentas pessoas apoiadas contra Oeiras com oitocentas e sessenta e quatro - é certo que são realidades económicas e sociais diferentes. Eu conheço bem a Freguesia de Oeiras, mas a minha pergunta é: se isto poderia ser ampliado. Depois posso responder a mais algumas questões que me queiram pôr. Obrigado.” ----

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) disse o seguinte:- -----

-----“Relativamente a esta proposta de deliberação, estes apoios são muito importantes para a nossa população em geral. São apoios que nos permitem, de uma forma imediata, apoiar a nossa população no que diz respeito a bens alimentares e a produtos de higiene pessoal. -----

-----Numa primeira abordagem, apoiamos logo com estes bens que acabei de referir enquanto que os nossos técnicos, em sintonia com os técnicos da Câmara Municipal de Oeiras e de outras instituições de cariz social, avaliam a documentação entregue pelos beneficiários, pelos utentes e avaliam e verificam quais são as melhores soluções para cada caso e, por exemplo, o Fundo de Emergência Social demora algum tempo para rececionar os documentos, avaliar e durante esse período nós, com este apoio, conseguimos aliviar a pressão que existe e o sofrimento que muitas dessas famílias têm quando vêm ao nosso encontro. -----

-----Dizer-vos que este apoio funcionou muito bem, principalmente durante os piores momentos da pandemia da COVID-Dezanove e, felizmente, atualmente, o número é menor. E, dizer-vos que estes apoios, para já, para o ano de dois mil e vinte e três foram suficientes e nós pretendemos para todas as Juntas e Uniões de Freguesias, para o próximo ano, pedir os mesmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

valores depois de fecharmos contas e verificarmos quanto é que gastámos com este recurso durante este ano, mas dizer que para este ano de dois mil e três estas verbas foram suficientes.”-----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** referiu o seguinte:-----

----- “Ora, na onda daquilo que foi mencionado pelo Deputado do PS, eu gostaria apenas de fazer uma pergunta que, se calhar, torna-se mais técnica, por razões que também já foram referidas.-- -----

----- Nós sabemos que este apoio é feito pelas Juntas, mas há também apoios alimentares que são feitos também por outras instituições e aquilo que nós temos neste momento é uma discrepância um bocadinho estranha na divisão de pessoas apoiadas neste fundo. -----

----- A Freguesia de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada e Dafundo tem cerca de oito por cento da sua população neste regime de apoio, enquanto que Porto Salvo ou Barcarena, por exemplo, situam-se abaixo dos dois por cento. A minha pergunta é: qual é a razão para estes valores serem bastante díspares de freguesia para freguesia? Existe alguma razão de fundo? Existem outras instituições a trabalhar no terreno? O que falta em Algés para diminuir este valor? Acho que é um bocado preocupante assistirmos a oito por cento da população necessitar de apoio alimentar e, portanto, gostaria de saber se existe alguma razão de fundo.” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vou tentar explicar, mais uma vez, o seguinte:-----

----- A questão colocada pelo Senhor Deputado do Partido Socialista, se são famílias ou se são pessoas. São pessoas, não são famílias, é a totalidade das pessoas que são apoiadas através desta participação que a Câmara nos faz chegar. -----

----- De todo o modo, quero também esclarecer que as percentagens são um bocadinho falaciosas, porque estes apoios dados pela Câmara às Juntas são para nós providenciarmos algumas situações de emergência, mas para além disto, há alimentos que chegam mensalmente às pessoas

através do Instituto da Segurança Social e cuja proveniência vem da União Europeia. E, há também outros projetos que as Juntas têm complementares àquilo que a Câmara comparticipa, às Juntas que podem obviamente, isto depende da disponibilidade financeira de cada Junta e no nosso território não somos todos iguais (todos iguais, estou a falar em termos de Juntas, como é óbvio). Mas aquilo que eu queria chamar à atenção é principalmente por isto: as sete mil e tal pessoas, não são a totalidade daquelas que são apoiadas. Muitas vezes, nós também chegamos à conclusão de que há muitos estrangeiros que, chegados recentemente a Portugal, são apoiados através do Banco Alimentar e os produtos que vêm do Banco Alimentar de Lisboa são cada vez mais escassos e a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm a oportunidade de reforçar os produtos alimentares e de higiene pessoal que vêm do Banco Alimentar e que são entregues às pessoas/famílias, porque há famílias unipessoais. Resumindo, são sete mil e tal pessoas que são apoiadas através desta comparticipação da Câmara às Juntas e não está a totalidade das pessoas de Oeiras que são apoiadas com produtos alimentares. E é tudo Senhora Presidente. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Está esclarecido? Não há mais intervenções. Senhor Presidente faça o favor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“A proposta de deliberação é muito simples e clara. Há aqui dúvidas que foram colocadas que na minha opinião não fazem sentido, e, de acordo com a proposta, trata-se de duas mil quatrocentas e sessenta famílias, sete mil e quinhentas pessoas. Portanto, está esclarecido, são pessoas.-----

-----Por outro lado, relativamente à variação de famílias ou pessoas apoiadas em cada Freguesia, é fácil explicar. Porto Salvo é a que aqui tem menos apoios – cento e setenta e seis famílias, no âmbito do apoio da Freguesia. Segue-se Barcarena, portanto qualquer das freguesias com menos população, muito menos. Depois temos Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo que tem, realmente, muita gente idosa, quer na zona de Algés, quer na zona da Cruz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Quebrada-Dafundo e Carnaxide e Queijas de alguma forma prejudicada pela presença significativa de famílias residentes em bairros municipais (Alto dos Barronhos, Outurela, Portela, etc.) Ora bem, mas o que é relevante aqui... na realidade se fôssemos pensar nos índices de pobreza que, às vezes, são apontados e em que se diz quarenta por cento dos portugueses estão no limiar da pobreza, parece-me um exagero, mas diz-se isso. Realmente, nós iríamos ter então sessenta e cinco mil pessoas a precisar de apoio económico. Dá-se a circunstância que não é assim, porque Oeiras é um Município com uma classe média muito forte, muito acima da média da generalidade dos municípios portugueses e, portanto, felizmente, não temos tanta carência... aliás, já temos muitas famílias que residem em bairros municipais e que não têm carência económica. Portanto, significa que a atribuição da casa representou também um novo alento para as famílias, um novo projeto de vida. -----

----- Por outro lado, devo dizer o seguinte: -----

----- “Se é a ponta do iceberg ou não é a ponta do iceberg”. Para além dos apoios que a Câmara atribui diretamente às Freguesias para este efeito, há apoios às instituições de solidariedade social, à Misericórdia, outras instituições, às paróquias, etc. A orientação da Câmara Municipal é aquela que eu já referi aqui várias vezes, não admitimos que alguém passe fome no nosso Concelho. Portanto, é tão simples como isto, o que quer dizer que, qualquer cidadão (e reparem, isto não é uma afirmação qualquer que o Presidente da Câmara possa fazer, mas, nós aqui fazemos) que tenha conhecimento da carência de qualquer família basta comunicar à Junta de Freguesia da respetiva área ou à Paróquia ou à Câmara Municipal ou à Misericórdia. Portanto, desde que sejam identificadas as famílias... isto, no fundo, para dizer que não me parece que seja a ponta do iceberg, eu julgo que não haverá muitas mais famílias. Mas, se houver, sejam identificadas e a Câmara Municipal procura divulgar ao máximo estes apoios. Naturalmente, nas redes sociais, nos instrumentos escritos da Câmara, nos boletins, etc., no sentido das pessoas, das famílias terem conhecimento desta situação. -----

-----Nas reuniões que temos com os Presidente de Junta e com as paróquias, estamos sempre a alertar: “Tomem nota, se têm conhecimento de mais famílias, registem, prestem apoio, porque a Câmara Municipal nunca faltará com o apoio necessário às Paróquias, às IPSS, às Juntas de Freguesia para que às famílias em Oeiras não lhes falte nada”. Portanto, esta é a orientação. De maneira que, se porventura... e, reparem, haverá mais, por exemplo, nós temos outros programas.

-----O programa de apoio ao aquecimento que está, neste momento, a ter uma grande procura. A informação que eu tenho é que há, realmente, muita gente a dirigir-se às Freguesias para esse efeito. É provável que este ano haja mais pessoas a requerer esse apoio. Como é o medicamento, como é o médico em casa e às vezes, nós próprios nos surpreendemos... mas não podia haver mais gente? E eu estou sempre a dizer aos serviços e às Juntas de Freguesia: “Bom, as medidas são para serem aplicadas”, não é para se tomarem e não se divulgarem profusamente, parece que se dá a entender que se aplicam as medidas ou o que se põe à disposição do cidadão, mas não se divulgam para não se gastar dinheiro. Não, eu estou a falar aqui abertamente, claramente, nós queremos apoiar o máximo de famílias, todas aquelas que reúnam as condições necessárias para o efeito, a Câmara Municipal apoia e isso é que é importante. -----

-----Portanto, isto aqui é uma das faces visíveis do apoio deste Município às famílias. Há muitos outros projetos em que se traduz esse apoio, é o apoio à renda de casa, é a entrega de casa, são as bolsas de estudo, quer dizer, há muitas formas de combater a pobreza e de combater as desigualdades neste território. Faz-se através desta medida e faz-se através de muitas outras medidas. Portanto, o que é fundamental, não é o que está aqui, o que é fundamental é que isto faz parte da política deste Município em apoiar todas as famílias que precisam. Muito obrigado.” ----

-----O **Senhor Deputado Rui Vieiro (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“A intervenção não visa, de forma nenhuma, aqui contestar o que aqui foi dito e até a informação. Talvez o que é importante para nós, para o Partido Socialista é: quando nós temos estes números era importante as Juntas (e, se calhar, fazem, mas é do meu desconhecimento)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cruzarem formação destas pessoas que são apoiadas, se são apoiadas também por outros programas. Só assim poderíamos ver o tal princípio do icebergue e aqui não se pretende fazer nenhum choque, não é nada disso. É apenas perceber, porque imaginemos, nós temos estas sete mil pessoas apoiadas por este programa de alimentação, mas, se calhar, temos mais um conjunto de pessoas que não são apoiadas por estes programas e são apoiados por outros programas ou por instituições de carácter social. Portanto, a minha preocupação nesta vertente, este número, de facto, era apenas do Partido Socialista ter esta consciência, se este número é um número consistente ou esconde um número maior ou então, se calhar, até um número menor, como disse o Presidente e que o único apoio não é o alimentar, o único apoio são as várias vertentes que são concedidas pela Câmara Municipal, pelas instituições pelo Governo da República. -----

----- Queria só referir mais uma nota muito simples em relação ao que se falou aqui, à estatística dos impostos e não é isso que eu vou falar, mas o Presidente deu a deixa da questão da estatística da pobreza em Portugal, que são os tais quarenta e oito por cento antes das prestações sociais. ---- -----

----- É preciso lembrar que isso é uma falácia, porque a minha mãe, que é reformada e já tem muitos anos, não recebe um apoio social, recebe uma pensão que teve origem nos seus longos anos de trabalho e é um direito que tem, não é uma prestação social de carácter social concedida, parte do chamado pacto de geração. A gente conclui que eu e o meu agregado familiar paga as reformas, como tudo isto. Portanto, há aqui uma falácia constante na utilização da estatística para introduzir uma espécie de ideologia de comunicação que é totalmente falsa. E há bocado o Presidente referiu também a questão (e eu não vou deixar de dizer isto) dos impostos que “rico é o país que no final do exercício chega ao final do ano com mais impostos”, é porque teve mais economia, teve mais IVA, teve mais IRS, teve mais trabalho, tem mais taxa social única. Feliz é o país que chega ao final de uma conta e diz como uma família, feliz é o país que chega ao final do ano e diz: “Este ano, tenho muito mais dinheiro no bolso”. -----

-----E vou dizer mais uma coisa, Senhores Deputados, é que isso até se aplica ao Concelho de Oeiras. Isto porque o Concelho de Oeiras também nas contas que apresentou aqui, graças ao aumento de impostos, da valorização imobiliária, do IMT e da Derrama, também beneficia dos aumentos dos impostos, não porque esteja a cobrar mais às pessoas, mas porque está a recolher mais receita de riqueza que este Concelho hoje transmite a nível nacional. Portanto, deixemos de ideologias que são fantasias, que pode haver outras decisões políticas e sociais em fazer com o excesso da receita, pode haver uma decisão, mas atenção cobrar mais impostos numa economia é uma coisa boa, não é uma coisa má.”-----

-----O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** referiu o seguinte:-----

-----“Ora, muito bem, aquilo que acabámos aqui de falar, de haver uma articulação. A articulação existe desde o primeiro dia, ou seja, sempre que nos surge alguém na Junta de Freguesia a dizer: “Eu não tenho alimentação ou eu não tenho isto ou eu não tenho aquilo e é urgente”. Nós, de imediato contactamos a Câmara Municipal, a Santa Casa, Centro Social e Paroquial de Porto Salvo e a Segurança Social e, portanto, fazemos logo a articulação, não vá a pessoa estar a receber de um lado ou de outro e nós não termos conhecimento. Esse é o primeiro passo que é dado logo de imediato através da assistente social que contacta as colegas todas com a identificação da pessoa que aparece. Portanto, este trabalho está a ser feito e nunca houve algum problema.”-----

-----O **Senhor Deputado José Montezo (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Eu tenho algum apreço pessoal pelo Deputado Rui (PS), mas não posso concordar minimamente com ele e não concordo pelo seguinte:-----

-----Eu tenho uma mãe que faz oitenta e um anos e tem o privilégio de viver no Concelho de Oeiras há cinquenta e dois anos, talvez cinquenta e três, e que não beneficia exatamente de nenhum apoio social de nada, da vida, porque tem oitenta anos e as pessoas de oitenta anos ficam irritadas porque querem sempre mais algum dinheiro, mas não atinge os valores, porque tem uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pensão que lhe permite ter uma vida com alguma dignidade. -----

----- Agora, aquilo que este Concelho faz, este Município faz, há muitos anos e podemos discutir se há pessoas que até usufruem de algumas coisas e que, se calhar, por questões éticas podem até não ter direito e falamos de Bancos Alimentares e outras coisas, mas isso é um problema moral, não é um problema político. Isto porque, do ponto de vista de identificação, eu tive há dias uma situação que identifiquei, exatamente, porque estou perfeitamente alinhado como cidadão de Oeiras, com o Senhor Presidente, sempre que deteto alguma coisa que não está bem ou alguma situação que eu posso, eventualmente, perceber que essa pessoa está a passar mal de imediato atuo e atuei, falei com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas e de imediato foram ativados todos os mecanismos, todas as situações, por isso dizer-se que a riqueza de Oeiras é gerada por, sabemos... questões fantasiosas, eu não concordo minimamente com isso e peço desculpa ao Senhor Deputado Rui (PS), mas não estou nada alinhado com esse discurso e não me revejo nessa situação.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. A Senhora Deputada Sónia (PSD) vai intervir e eu abduco, porque o que tinha a dizer... é melhor estar calado.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Rui do PS, eu acho que os oeirenses lá em casa se arrepiaram, quando ele diz que, de facto, é bom pagar mais impostos, é sinal de que ganhamos todos mais, de que temos um país rico e que, de facto, estamos com o nível de competitividade, como nunca antes nunca se viu... é ao contrário. Nós temos o país mais pobre de sempre. Nós temos neste momento, o aumento de impostos, o nosso Primeiro-Ministro António Costa é o maior cobrador de impostos de todos os tempos. Quando cobramos impostos é sinal de que o nosso Estado está a gastar mais. Portanto, está a gastar mais e todos esperaríamos que pela vertente positiva de que o Senhor Deputado do PS nos falou relativamente à cobrança de impostos,

todos estaríamos à espera que, de facto, ao pagarmos mais impostos, ao aumentar-se o IRS, a aumentar-se o IVA... oh Senhor Deputado, só um parêntesis, sabe porque é que a receita do IVA aumentou ou não sabe? Sabe... então e... muito obrigado por informar aos oeirenses que a cobrança do IVA por causa do aumento de preços no seguimento da inflação é uma coisa boa. Nós isso desconhecíamos... nós isso desconhecíamos Senhor Deputado. A Senhora Presidente já lhe dá a palavra. -----

-----Depois, dizer-lhe, Senhora Presidente que, de facto, quando nós temos um Estado que gasta muito, nós, à partida, estamos à espera de que, de facto, gastamos, mas os nossos serviços estão melhores. A saúde está como nunca esteve. Os hospitais não têm filas de espera. As urgências estão sempre abertas. As grávidas têm sempre maternidades onde podem parir as suas crianças e, portanto, Portugal funciona lindamente. Nós estávamos todos errados afinal, o PS está certo, nós temos um país espetacular, não estamos nada na cauda da Europa e continuamos a pagar impostos, porque, de facto, um Estado rico como Portugal precisa de dinheiro para continuar a manter os seus serviços no estado de excelência como eles estão hoje em dia. Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente** observou o seguinte:-----

-----“Meus senhores, vamos lá recuar um pouco.-----

-----A nossa proposta é a atribuição às Juntas de Freguesia para apoio alimentar. Já estamos a falar de impostos. Meus senhores, silêncio. Vamos fazer silêncio e vamos passar à votação, porque senão já nos afastamos tanto do que era a nossa proposta que daqui a pouco estamos a falar de coisas bem diferentes. Já estamos.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 176/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 982/2023 – DCS – ATRIBUIÇÃO DE
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES/JUNTAS DE FREGUESIA PARA**

APOIO ÀS RESPOSTAS ALIMENTARES -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e dois barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número trinta e quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de novembro, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, para reforço das respostas sociais Banco Alimentar e Mercearia Social, no montante global de quarenta e sete mil e quinhentos euros, distribuído da seguinte forma:-----

-----União/Junta de Freguesia - Comparticipação:-----

-----Barcarena - Dez mil euros;-----

-----Carnaxide e Queijas - Quinze mil euros;-----

-----Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - doze mil e quinhentos euros;-----

-----Porto Salvo - dez mil euros.-----

-----A minuta de Contrato que enquadrará este apoio;-----

-----De modo a acompanhar permanentemente a sua execução, a nomeação do técnico José Tomás Almeida da Divisão de Coesão Social, como gestor do contrato, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 985/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 3.º Trimestre de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, posso? Desculpe interromper o seu raciocínio, mas estas duas propostas parecendo serem iguais não poderiam ser discutidas em... não são? O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) já fez sinal. Muito bem. Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores, tenham paciência o recreio é já daqui a bocado. -----

----- Podemos passar à votação?” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva

Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 177/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 985/2023 – DCS – ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 3.º TRIMESTRE DE 2023**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número trinta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de novembro, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar que seja solicitado à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo que procedam à reposição dos montantes abaixo indicados uma vez que a comparticipação financeira atribuída no terceiro trimestre de dois mil e vinte e três foi superior ao montante por elas suportado:-----

----- Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor:-----

----- Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - quatro mil cento e quarenta e três euros e cinquenta e um cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - seis mil novecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos;-----

----- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - mil seiscentos e oitenta e sete euros e setenta e nove cêntimos.-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - onze mil setecentos e vinte e cinco euros e trinta e um cêntimos;-----

----- Total - vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 988/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões e à Junta de Freguesia para funcionamento dos estabelecimentos de infância – Ano de 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ao longo do ano passado, houve vários momentos em que intervim sobre estas propostas que aqui ciclicamente aparecem, para criticar a forma como as propostas estavam elaboradas, a confusão dos respetivos mapas e a vinte e sete de setembro, aquando da discussão da proposta seiscentos e oitenta e quatro de dois e vinte e dois relativo ao terceiro trimestre de dois mil e vinte e um, a elaboração da proposta estava tão distante daquilo que era o objetivo, que a Câmara teve nessa data, vinte e sete de setembro, o bom senso de retirar a proposta. Nesse mesmo dia, votámos a setecentos de dois mil e vinte e dois relativa ao segundo semestre de dois mil e vinte e dois que essa sim, foi apresentada sem qualquer mácula e, portanto, a proposta estava corretíssima. -----

-----Relativamente à proposta que foi retirada, a do terceiro trimestre de dois mil e vinte e um viemos a discutir novamente uma nova versão da proposta no dia quinze de novembro, foi a novecentos e quarenta de dois mil e vinte e dois que tinha os acertos relativos ao terceiro trimestre e que corrigia a proposta anterior. -----

-----Senhora Presidente, esta proposta que hoje temos à nossa frente e que está aqui para ser votada é a prova provada do “chorrilho” (se me permitem a expressão) de erros que tiveram na base das propostas de dois mil e vinte e dois, porque não havia na elaboração das verbas a atribuir às Juntas, nenhum racional que justificasse aqueles valores, que eram todos diferentes de um mês para os outros, que contradiziam o mês anterior, que não era coerente entre cada uma das Freguesias e que, portanto, justifica que estejamos agora a aprovar, de facto, os acertos mês a mês das transferências realizadas em dois mil e vinte e dois para as Juntas de Freguesia. -----

-----Todos nós sabemos que este é um assunto complicado, porque tem a ver com as remunerações das pessoas, das faltas que as pessoas possam ter, das horas extraordinárias que possam vir a ter, etc. e, portanto, os valores mensais não são iguais. E todos nós sabemos por que é que há estes acertos. Portanto, não vale a pena, como é sistematicamente a narrativa do Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente a justificar estas propostas, não vale a pena voltar a repetir que é por causa das IPSS, dos contratos coletivos, que os vencimentos de uma tabela não correspondem à outra, nós todos já sabemos isso. Nem nós somos tão maus alunos, quanto isso, nem o Senhor Presidente da Câmara é tão mau professor que não nos tenha conseguido ao longo dos anos explicar esta história. Portanto, não vale a pena ir por aí. -----

----- O que eu queria referir é que esta proposta hoje é a prova provada daquilo que, ao longo de dois mil e vinte e dois, de uma forma, se calhar, algo umas vezes irritante, eu fui sempre colocando o dedo na ferida, dizendo: “Estas propostas estão mal elaboradas”. E, portanto, da mesma forma como nessa altura, dizia: “Estas propostas estão mal elaboradas”, também é preciso dizer que a Senhora Vereadora reconheceu isso, corrigiu o “tiro” e as propostas, de facto, a partir de setembro de dois mil e vinte e dois até agora têm vindo, de facto, francamente melhores e com muito mais qualidade do que vinham no passado. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra? Não há mais intervenções, vou pôr à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido

Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados António Rita Martins Caro e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 178/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 988/2023 – DCS – ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES E À JUNTA DE FREGUESIA PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – ANO DE 2022**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e oitenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quarenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e dois de novembro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído em dois mil e vinte e dois: -----

----- Uniões e Junta de Freguesia - Valor: -----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - setenta e um mil trezentos e oitenta euros e quarenta e sete cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - quarenta e cinco mil cento e vinte e seis euros e trinta e cinco cêntimos; -----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias duzentos e três euros e trinta cêntimos. -----

----- Total - cento e dezasseis mil setecentos e dez euros e doze cêntimos. -----

----- A reposição, pela União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, do valor abaixo indicado, uma vez que o montante transferido excedeu o gasto no ano de dois mil e vinte e dois: -----

----- Uniões e Junta de Freguesia - Valor: -----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - onze mil

oitocentos e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não houve intervenção do público. -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados não temos inscrição de nenhum munícipe hoje. Portanto, damos por encerrados os nossos trabalhos e até à próxima reunião.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

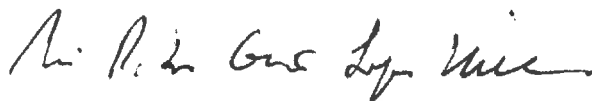
-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. --- -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

